

## **068ª SESSÃO ORDINÁRIA – 05AGO2013**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** O Ver. Professor Garcia está com a palavra.

**O SR. PROFESSOR GARCIA (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Irmão Valério Menegat. V. Exa. certamente o conheceu. Foi Diretor do Pão dos Pobres. Estava adoentado e faleceu no sábado. Inclusive, era Cidadão Honorário de Porto Alegre.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** Deferido o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** Passamos à

### **TRIBUNA POPULAR**

O Sr. Tiago Holzmann da Silva, Presidente do IAB/RS, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, para a apresentação do documento “10 Pontos por um Projeto de Cidade”.

**O SR. TIAGO HOLZMANN DA SILVA:** Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, autoridades e demais presentes nesta Sessão; é uma satisfação para o Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, Departamento do Rio Grande do Sul, poder realizar esta manifestação nesta tribuna.

O IAB é uma entidade de livre associação dos arquitetos brasileiros, fundada em 1921, no Estado e na cidade do Rio de Janeiro, com a principal atuação na promoção da arquitetura, do profissional arquiteto e urbanista, contribuindo para a solução dos problemas urbanos e sociais através da participação nas questões que envolvem os profissionais e a sociedade.

---

O IAB é o representante do Brasil na União Internacional de Arquitetos. O único brasileiro a presidir esta instituição vinculada à Unesco foi o nosso arquiteto Jaime Lerner. O IAB também é representante na Federação Panamericana das Associações de Arquitetos, atualmente também presidida por um brasileiro, o nosso colega paranaense João Suplicy, ex-Presidente do IAB nacional. E também temos representação no Conselho Internacional dos Arquitetos de Língua Portuguesa. O IAB possui departamentos ativos em mais de 20 Estados brasileiros neste momento e, no Rio Grande do Sul, foi fundado em 1948. No passado do mês de março, nós completamos 65 anos de existência e atuação no Estado do Rio Grande do Sul.

A estrutura de organização do IAB no Rio Grande do Sul é formada por uma Diretoria. A atual gestão leva por nome “Cidade e Cultura”, gestão 2012/2013. Contamos, também, com oito núcleos no Interior do Estado: Rio Grande, Pelotas, Caxias do Sul, Santa Maria, Erechim, Canoas, Capão da Canoa e Torres. Contamos com o Conselho Estadual, que é nossa instância deliberativa máxima no Rio Grande do Sul, com mais de 30 membros entre colegas Conselheiros eleitos diretamente, ex-Presidentes e representantes dos núcleos no Interior do Estado. Temos também cinco representantes no Conselho Superior, que é a instância máxima de deliberação do IAB nacional.

A nossa presença aqui neste momento é para apresentar o documento “10 Pontos por um Projeto de Cidade”. Esse documento foi divulgado em setembro de 2012, elaborado pela Comissão Cidades do IAB/RS, contando com a participação de mais de 20 colegas em inúmeras reuniões e atividades coordenadas pela nossa colega, a arquiteta Maria Teresa Albano. Esse documento é uma contribuição do IAB, uma síntese das discussões históricas do IAB a respeito da Cidade. Esse documento tem dez pontos. O primeiro é: tema – planejamento urbano: planejar para desenvolver a cidade com sustentabilidade. 2. Participação social: a participação é um direito e uma garantia de cidadania. 3. Projeto urbano: projeto urbano qualifica a cidade para todos. 4. Espaço público: o espaço público é o lugar do encontro e da troca. 5. Mobilidade urbana: a mobilidade é prioridade ao pedestre e transporte público de qualidade. 6. Paisagem urbana e patrimônio: a paisagem da cidade é patrimônio de todos. 7. Habitação social: habitação com qualidade e integração das comunidades. 8. Assistência técnica à moradia: morar com dignidade é direito de todos. 9. Concursos públicos de arquitetura e urbanismo: concursos públicos de

---

projetos para obras públicas. 10. Atribuição profissional: o arquiteto é o profissional que faz edifícios, praças, parques, cuida do patrimônio, planeja a cidade.

Esse documento é uma primeira manifestação do IAB do Rio Grande do Sul neste ano aqui na Câmara. Pretendemos ampliar outros pontos, detalhar alguns outros pontos deste documento, mas hoje gostaríamos de centrar a nossa fala no ponto nº 1, a questão do planejamento urbano.

O planejamento urbano é planejar para desenvolver a Cidade com sustentabilidade – é o que os senhores têm em mãos –, retomar o planejamento urbano de médio e longo prazos como ferramenta central de um projeto de cidade voltado para a promoção da igualdade social; elaborar um projeto de cidade expresso em um Plano Diretor que atenda à Constituição e ao Estatuto das Cidades; implementar sistemas de gestão do planejamento que valorizem órgãos técnicos e os Conselhos Públicos, disponibilizando a informação e oferecendo os instrumentos de acompanhamento, monitoramento e desenvolvimento urbano.

Destacamos esse ponto tendo em vista a preocupação crescente que temos percebido entre os arquitetos e urbanistas com os caminhos e, às vezes, os descaminhos que nossa Cidade vem tomando e com um conjunto grande de decisões equivocadas, em nosso entendimento, a que estamos assistindo. Nesse sentido, a questão fundamental é que Porto Alegre não tem um projeto de cidade. Carece de um norte, de um modelo, de um objetivo de longo prazo, de uma visão de futuro que contemple o desejo e as aspirações do conjunto de sua população. Nossa Cidade está sendo construída de forma fragmentada, a golpes, apressada e sem rumo. Porto Alegre sofre ainda com uma disputa desigual que coloca, de um lado, grandes grupos econômicos interessados na prosperidade dos seus negócios, o que são legítimos, mas moralmente frágeis muitas vezes e, de outro, a população e movimentos de setores organizados com pouco poder de influência econômica, administrativa e midiática. Em nosso entendimento, há dois grandes motivos para que Porto Alegre não tenha um projeto de cidade: o primeiro motivo é que o Poder Público não tem cumprido o seu papel de ser o mediador de conflitos e o indutor do desenvolvimento. Muitas vezes, tem atuado de maneira parcial, com uma visão também parcial de desenvolvimento, quase sempre associado apenas ao desenvolvimento econômico com um viés imediatista. O segundo motivo é a falta de planejamento, quem sabe uma consequência intencional ou não do motivo anterior. O

---

principal indício e a prova da inexistência do planejamento em Porto Alegre é a formalização do fim da Secretaria de Planejamento, que há muito já havia perdido a sua função principal de pensar as cidades.

Para provocar a reflexão e o debate, podemos propor alguns questionamentos: quem está pensando a Cidade como um todo, de forma integrada? Para onde vai Porto Alegre? Como queremos que ela esteja daqui a 10 ou 20 anos? Para onde a cidade deve crescer e sob quais princípios? O que deve preservar? O que deve substituir? O que deve atrair? Do que deve se livrar? Onde estão os pensadores, os planejadores e os projetistas de Porto Alegre? O que os move? Onde se reúnem? Na Prefeitura, nesta Câmara, nas universidades, nas entidades, nos movimentos, nas comunidades? Onde estão esses pensadores e planejadores de Porto Alegre? Quais são os planos, propostas e projetos para Porto Alegre hoje? Se existem, como serão o plano de habitação, o plano de mobilidade, o plano de saneamento e outros tantos que são uma obrigação e que todos os Municípios brasileiros estão fazendo ou já fizeram? Qual a integração desses planos setoriais com o Plano Diretor da Cidade? Como esse conjunto de planos está contribuindo para a construção de um projeto de cidade? Qual é o futuro que queremos para a Zona Sul, para as ilhas, para o morro Santa Teresa, para o morro Santana e outros, para o 4º Distrito, para as áreas rurais, para o Centro da Cidade? E as Áreas Especiais de Interesse Social, Cultural, Ambiental, quais são as estratégias de ação e de atuação da Cidade nessas áreas? Porto Alegre é um polo hospitalar, universitário, de produção de novas tecnologias, de produção rural. Como esse potencial está sendo incentivado e ampliado para beneficiar o conjunto da Cidade? Que fóruns municipais estão tratando desse assunto? Qual a relação das propostas para mobilidade, acessibilidade urbana, integração de modais, vias cicláveis com outros aspectos da Cidade? É correto e aceitável o favorecimento do uso do espaço público pelo automóvel privado? E questões estratégicas, como a manutenção e ampliação do aeroporto em Porto Alegre? Ou será que dá no mesmo que o novo terminal vá para uma outra cidade da Região Metropolitana? Como estão as relações metropolitanas de Porto Alegre? Como Porto Alegre está exercendo a sua liderança regional e metropolitana? E o metrô, licitado sem projeto, sem definição de tecnologia construtiva, sem traçado, sem estações e quase entregando todas essas decisões a um consórcio privado que iria aportar apenas 15% dos investimentos totais. Como será a nova licitação? Quem está elaborando? Podemos

---

pág. 4

---

ajudar? Quem pode contribuir? Por que a Cidade não se qualifica através de concursos públicos para os seus projetos de espaços e edifícios? Não é aceitável seguir aceitando doação de projetos por empresas privadas ou antiquadamente contratando notórios saberes ou, muito pior, realizando e iniciando obras sem projetos completos, sem falar de algumas obras equivocadas e apressadas.

Porto Alegre é hoje uma Cidade que troca parques por asfalto, cortando árvores no meio da madrugada. Estamos construindo vários viadutos, sendo que um deles tem dois andares, enquanto que no mundo inteiro os viadutos estão sendo demolidos e substituídos por outras soluções mais inteligentes e contemporâneas. Poderíamos seguir citando a tendência de privatização dos espaços públicos, como o Largo Glênio Peres, Auditório Araújo Vianna, orla e outros; as enormes dificuldades no processo de aprovação de projetos, entre outros fatores que reforçam as grandes dificuldades do planejamento em nossa Cidade.

Entretanto, viemos aqui também para apresentar algumas propostas para a reconstrução do planejamento na cidade de Porto Alegre e oferecer a alternativa de trabalho conjunto e a colaboração do Instituto dos Arquitetos e dos arquitetos atuantes em Porto Alegre para melhorar essa situação em nossa Cidade.

A primeira proposta contida nesse documento é retomar o planejamento urbano de médio e longo prazo como ferramenta central de um projeto de cidade voltado para a promoção da igualdade social; recuperar imediatamente o ambiente de planejamento com estrutura física e funcional, competência e recursos para atuar, seja no formato de secretarias, instituto, agência ou outro; garantir a ampla representação da diversidade de opiniões e interesses presentes em nossa Cidade, comunidades, grupos e associações de diversos setores e universidades, entidades técnicas, empresariais e de trabalhadores; iniciar imediatamente o processo de discussão da revisão e complementação do Plano Diretor, tendo como base os seus princípios e objetivos, não apenas alterações de regimes e índices construtivos, no sentido de implementar as propostas nele contidas, como parque do Gasômetro, Áreas de Interesse Cultural e outros tantos exemplos, no nosso entendimento também buscando o fim dos regimes de aprovação de projetos especiais que tanto prejudicam a nossa Cidade; estudar, comparar, analisar e adaptar casos emblemáticos contemporâneos e de sucesso, exemplos como Bogotá, Medellín, Rosário,

---

na Argentina, Curitiba, e outras cidades brasileiras. Sem falar nos exemplos europeus e norte-americanos, como Barcelona, Nova Iorque, Londres e Copenhagen.

Segundo ponto: elaborar um projeto de cidade que expresse um plano diretor que atenda a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade; construir condições e metodologia para iniciar a elaboração de um projeto de cidade para Porto Alegre com ampla participação técnica, social e política; garantir que o projeto de cidade seja construído tendo como base a Constituição Federal, fundamentalmente pelo art. 6º, dos direitos fundamentais, e o art. 182, da política urbana; implantar efetivamente as ferramentas do Estatuto da Cidade: Direito Real de Uso, IPTU progressivo, Outorga Onerosa, Direito de Preempção, Operação Consorciada, Impacto de Vizinhança e outros.

Terceiro ponto: implementar sistemas de gestão de planejamento que valorizem órgãos técnicos e os conselhos públicos, disponibilizando a informação e oferecendo os instrumentos de acompanhamento e monitoramento de desenvolvimento urbano; construção de um sistema de informação sobre a cidade, SIC, acessível a todos os cidadãos que integrem dados dos diversos setores da Administração e sejam a plataforma e permanente atualização, servindo como base para a informação da comunidade e para a tomada de decisões da Administração pública; construção de um espaço permanente para discussão e divulgação pública dos planos e projetos para a Cidade, com exposições, palestras, debates, eventos e outros que auxiliem no conhecimento e na tomada de decisões sobre estes; aprofundamento da democratização e transparência dos Conselhos Públicos Municipais, principalmente CMDUA, ampliando a publicidade e divulgação de suas reuniões, discussões e decisões.

Concluindo, reafirmamos nossa independência e autonomia, esclarecendo que não abriremos mão da crítica, quando necessária, assim como apoiaremos incondicionalmente as iniciativas que no nosso entendimento forem positivas para a Cidade e para toda a comunidade.

Agradecemos pelo espaço, Presidente; reforçamos nossa oferta de colaboração com os poderes públicos do Município. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** Convidamos o Sr. Tiago a fazer parte da Mesa.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Prezado Sr. Presidente, Ver. Mario Manfro; prezado Tiago, venho aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, cumprimentar o Instituto dos Arquitetos do Brasil e cumprimentar aqui a sua fala, porque temos que persistir sempre nesses temas. E eu quero aproveitar para dizer que aqui nesta Casa há muitos projetos que vêm ao encontro da sua agenda. E, de parte da nossa Bancada, nos colocamos à disposição para debatê-los, tal qual a assistência técnica gratuita, tal qual a regulamentação dos instrumentos do Estatuto das Cidades, entre outros.

E quero dizer aqui que eu acrescentaria um 11º ponto, que é um problema que a Cidade está sofrendo neste momento: a falta de comando na aprovação dos projetos, e uma indefinição da responsabilidade. A Cidade, hoje, está paralisada. Nós temos recebido aqui muitos arquitetos e engenheiros que não encontram espaços para poder tratar e aprovar os projetos no que diz respeito à produção da Cidade. Conte conosco, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. ELIZANDRO SABINO:** Sr. Presidente, eu quero trazer também a nossa palavra de respeito e apoio ao Instituto dos Arquitetos do Brasil, que aqui foi muito bem representado, e, em nome do nosso Partido Trabalhista Brasileiro, trazer aqui um depoimento pessoal sobre a nossa participação. Enquanto coordenador jurídico do Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB, tivemos uma atividade intensa e paralela com os arquitetos daquele Departamento Municipal, porque todos os projetos de regularização fundiária para o Município de Porto Alegre passam, obrigatoriamente, pelas mãos dos arquitetos que ali trabalham e planejam a Cidade de um modo muito eficiente, muito propositivo. Portanto, a nossa palavra é de apoio, até pela própria exposição, porque planejamento urbano, espaço público, com o fim de desenvolver o planejamento de uma cidade com sustentabilidade, é algo que, realmente, nos move, e não há outra fala, senão uma fala de apoio. A Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, está aí



---

também colocando-se à disposição para a discussão, para o debate daquilo que for pertinente e necessário.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** O Ver. Cláudio Janta, está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Presidente do IAB do nosso Estado, eu venho aqui falar em nome do Delegado Cleiton, do Dr. Thiago, da Luiza Neves, do Márcio Bins Ely, do Mario Fraga e do Nereu D'Avila, nossa Bancada, para dizer que realmente nós queremos uma cidade em que a população participe e seja ouvida, uma cidade em que o meio ambiente e as demandas do povo sejam integrados e que preservem o que é seu, a sua história. Nós estamos aqui à disposição para discutir e debater a Porto Alegre de todos, a Porto Alegre que nós almejamos, a Porto Alegre que queremos para o nosso futuro.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Prezado Dr. Tiago, seja muito bem-vindo a esta Casa. Em nome da Bancada do Partido Progressista, dos Vereadores Guilherme Socias Villela, Mônica Leal e em meu nome, damos-lhe as boas-vindas. Queremos agradecer a sua presença aqui hoje, que é muito importante, mesmo que V. Exa venha aqui se propor a colaborar com a Cidade, a colaborar com esta Casa, se apresentando para construir uma cidade melhor. Isso é extremamente importante. Nós precisamos de ideias inovadoras, e os arquitetos são realmente os portadores de ideias inovadoras. Em recente viagem pelo Exterior vi o quanto os arquitetos colaboram na construção de uma cidade bonita, moderna, prática, que faz bem para os seus residentes. Nós, em Porto Alegre, temos realmente problemas de planejamento. Ótimo. Queremos solucioná-los. Temos falta de ideias. Veja, Dr. Tiago, nós construímos pontes; outras cidades constroem obras de arte. Nós temos problemas de calçadas; outras cidades têm verdadeiras obras de arte nas



---

suas calçadas. Então, nós vamos precisar muito das ideias dos nossos arquitetos, dessa colaboração com a Cidade para construirmos uma Cidade melhor. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar do Turismo. Quando se fala em turismo, tudo precisa de inovação, trabalho, modernização, arte, cultura. Qual é a identidade da nossa Cidade? Não temos. Quando se vai a outras cidades, a gente sente a identidade urbanística da Cidade; nós não temos. Mas aí está o necessário trabalho dos arquitetos.

Seja muito bem-vindo! Vamos precisar muito dessa colaboração que hoje V. Sa. vem aqui oferecer à Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** O Ver. Airo Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Meu caro Presidente Thiago; nosso Presidente da Mesa dos trabalhos, Ver. Mario Manfro; basicamente quero cumprimentar também a presença do Tiago, Presidente do IAB, em meu nome, em nome do meu Partido, do Ver. Paulinho Motorista e dizer que, para nós, como falou o Ver. Nedel, a presença do IAB, da sua direção, na tarde de hoje aqui, dizendo da sua disposição em colaborar com a cidade de Porto Alegre é um fato interessante e muito bem-vindo, porque, na verdade, concordo com o Ver. Nedel quando ele diz que os grandes pensadores da construção de uma cidade para o viver bem e o viver melhor é exatamente a figura do arquiteto como um profissional pelo que ele expressa para todos nós. E compreendermos que a presença do Instituto de Arquitetos com a Prefeitura, com a Câmara, na discussão de projetos e propostas e planos para a Cidade é interessante, estão valendo os “10 Pontos”, e hoje o senhor aqui traz apenas o primeiro, e deu um espaço bastante grande de exposição. Vamos ouvir e participar de todos, eu acho que é interessante isso.

Concordo, por exemplo: o Morro Santana. O Morro Santana é o morro mais alto da cidade de Porto Alegre, tem aquelas duas TVs, um espaço interessante, e não se pensa nele. O Aeroporto, de que o senhor falou aqui: o Aeroporto não pode sair de Porto Alegre; que se construa outro, mas que se mantenha esse na íntegra, crescendo e grande. O Centro de Eventos para a Cidade: até bem pouco tempo atrás, se ouvia dizer que o Centro de Eventos de Porto Alegre iria para a Grande Porto Alegre. O próprio metrô também.

---

são questões interessantes que a Cidade tem. Contem conosco. Em nome do meu Partido, um abraço todo especial ao senhor, à sua direção, ao IAB, renomado Instituto reconhecido aqui na nossa cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Obrigado. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Presidente Tiago, é um prazer revê-lo aqui. Em nome da minha Bancada, composta pelo Ver. Valter Nagelstein, Ver. Professor Garcia, pela Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger e por este Vereador, eu queria lhe dizer que os dez pontos são realmente importantes. Particularmente, eu tenho uma ligação especial com os arquitetos, eu fiz uma homenagem à Asbea aqui nesta Casa justamente por esses serviços que prestam à Cidade, pela paisagem da Cidade, principalmente pela paisagem que cuida das pessoas, que se preocupa com as pessoas. Em relação ao *slogan* “Paisagem da cidade é patrimônio de todos”, tenho um projeto sobre os *outdoors*, porque eu acho um absurdo os *outdoors* estarem espaçados pela Cidade e a Cidade não ganhar nada com isso, e o visual é da Cidade, não só de alguns. Temos o mobiliário urbano numa fase importante, o Instituto dos Arquitetos podem participar muito com isso. O mobiliário urbano é quase uma ferramenta para desenvolver outras necessidades que a Cidade precisa. Meus cumprimentos pela preocupação. Que o Instituto realmente se preocupe com a Cidade, com as pessoas, é o desejo de todos nós.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Presidente Tiago, não quero ser repetitivo aqui, estendo os cumprimentos a toda a IAB em seu nome. Quero dizer ao senhor que o decálogo do IAB se tornou, para o nosso mandato e para várias áreas de conhecimento de Porto Alegre, uma espécie de guia de uma Cidade mais humana. Muito se fala no

---

*slogan*, que é nosso também, mas é de outras pessoas que pensam a Cidade, fala-se muito em Cidade mais humana, e aqui há um começo da concretização para isso. E eu não queria repetir todos os pontos, o senhor já citou na Tribuna, já falou todos, e os Vereadores aqui colocaram, mas eu pegaria o ponto 9, que fala dos concursos públicos de projetos para obras públicas. Esse ponto específico eu quero ressaltar, porque, no mundo de hoje, não existe mais a ideia do notório saber; com o conhecimento difundido, essa ideia de que vem alguém de fora, com um notório saber, e nos ensina a todos já não se permite mais. Mas não é o que nós estamos vendo aqui, meu Presidente, em Porto Alegre: a orla do Guaíba está sendo repensada através de um profissional que, em princípio, tem o tal do notório saber. E eu destacaria também um fato muito relevante que tem a ver com uma temática que trabalhamos mais especificamente, que é a ciclovia da Ipiranga, que está sendo construída. Depois de uma tentativa infeliz de se colocar uma espécie de madeira, uma espécie de cerca, a Prefeitura, felizmente, recuou desse Projeto e delegou à IAB uma espécie de seleção pública. Houve um envolvimento tal da comunidade na elaboração e na apresentação de projetos, que isso, por si só, já é um ganho para a sociedade. Por isso que, mais do que nunca, os projetos para a Cidade têm que ser pensados de baixo para a cima, da própria sociedade, pessoas que vivem aqui, moram aqui e conseguem enxergar a Cidade de um ponto de vista de baixo para cima, e não de quem vem de fora e tenta trazer um projeto como um pacote pronto, no chamado notório saber. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, eu queria, em nome da Bancada do PSOL – meu e do Ver. Pedro Ruas –, cumprimentar o Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Sr. Tiago, pelo belo documento que o Instituto organizou no sentido de compilar pautas fundamentais de uma agenda positiva na Cidade – na nossa Cidade, sobretudo. Eu destacaria três pontos, mas acho que o conteúdo apresentado pelo IAB aqui, na tarde de hoje, entregue aos Vereadores, é muito rico e renderia, inclusive, uma quinta temática sobre a qual pudéssemos, inclusive, nos debruçar.

---

Mas destaco o tema do transporte coletivo, é evidente que o modelo utilizado hoje em Porto Alegre e em boa parte das cidades brasileiras é um modelo absolutamente ultrapassado. Vocês usam o termo “hegemônico”, o transporte individual como transporte hegemônico, não é? E esse tem sido o modelo adotado, vide a duplicação da Av. Edvaldo Pereira Paiva e todo o debate que travamos na Cidade sobre a necessidade sobre a necessidade da sustentabilidade, da preservação ambiental e de alternativas de transporte como a questão da passarela apresentada pela Agapan e IAB, trincheira e outros projetos que poderiam ser realizados ali. Mas este é um todo, porque também se debate a questão do transporte coletivo, a questão do metrô, a questão da execução do Plano Diretor Ciclovitário.

O segundo tema é a questão da habitação, que, mais uma vez, corretamente, o Instituto aponta essa dívida histórica que se tem com as comunidades da nossa Cidade no sentido dos projetos de habitação e de combate aos vazios urbanos, que eu agregaria nesse debate sobre a Cidade. Acho que é um desafio para a Cidade se colocar cada vez mais habitações populares em regiões centrais. E a política é justamente o contrário, quando é executada, porque, no ano passado, a Prefeitura gastou apenas R\$ 42 milhões com habitação, através do DEMHAB. Isso é ínfimo perto dos R\$ 5 bilhões do orçamento e a defasagem de 700 comunidades irregulares da nossa Cidade.

E o terceiro tema é a questão dos projetos, tanto a questão dos concursos, tema em que o Ver. Marcelo também tocou e que vocês colocam muito bem, e eu agregaria o tema da necessidade de o Projeto estar detalhado, que o IAB identifica corretamente uma das causas da corrupção. No projeto básico, o detalhamento é feito pelas empreiteiras, e quem paga as obras, depois, em boa parte com indícios de superfaturamento, é o povo brasileiro, justamente por essa prática de o projeto não ser detalhado desde o início pelo Poder Público em parceria com a sociedade, com os editais e com os concursos públicos para que os arquitetos, as instituições, a cidadania, os movimentos sociais populares possam construir um projeto de Cidade. Então eu queria o parabenizar e dizer que o senhor pode contar com a Bancada do PSOL nessas lutas.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, eu, antes de mais nada, quero cumprimentar o Dr. Tiago Holzmann da Silva pela sua presença aqui entre nós, nos gratificando com a exposição desse projeto do Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul, que nos traz esse documento com os dez pontos por um projeto de Cidade. Acho que não poderia ocorrer um momento mais oportuno do que este para que viesse à Casa essa contribuição para o debate permanente que nós precisamos ter com relação à Cidade e ao seu futuro. Por isso eu quero, Sr. Tiago, dizer, com a maior sinceridade possível, que nós somos muito reconhecidos por essa contribuição. Eu tenho dito, com muita frequência, ultimamente, que esta não é uma Casa de consenso, mas de dissenso, porque, em um lugar onde todos pensam uniformemente da mesma forma, a gente desconfia de que alguma coisa está errada, porque as pessoas não são assim. Há várias visões a respeito de todos os assuntos a que nós somos submetidos. Diria até o pensador *paisano* que “todo es verdad, todo es mentira, todo depende del color del cristal con que se mira”. No caso concreto, a visão dos arquitetos do Rio Grande do Sul, colocada nesse decálogo, é a visão dos arquitetos que oferece à Cidade toda a reflexão e o aprofundamento do debate. E ele, seguramente, será aproveitado. Obviamente que, numa leitura rápida que se faz a respeito do mesmo, observa-se a sua profundidade, e, na medida em que a proposta é profunda, conseqüentemente, bem endereçada, ela gera a controvérsia, a discussão, o debate. Nós somos gratos ao seu Instituto por esta contribuição, e quero que V. Sa. volte sempre à Casa e participe conosco deste cotidiano permanente que é discutir uma Cidade viva, dinâmica, que se modifica a toda hora, a todo momento e que precisa ter, tanto quanto possível, uma orientação segura da forma para a qual ela vai se transformar e se multiplicar. Muito obrigado pela sua presença.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Obrigada, Ver. Mario Manfro, presidindo os trabalhos; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, esse tempo de Liderança de oposição, construído com

---

os Partidos de oposição aqui, PC do B, PSOL e PT, é – Presidente Tiago e membros da diretoria e assessorias do IAB que aqui estão – uma forma de valorizar a importância da intervenção e das proposições do Instituto dos Arquitetos do Brasil na cidade de Porto Alegre, sua articulação nacional e regional; um órgão que tem, gratuitamente, oferecido um espaço de debate permanente das questões urbanas da cidade de Porto Alegre, com o recorte da cultura, arquitetura, discutindo a estética, o ambiental, a sustentabilidade, discutindo planejamento, discutindo democracia, e isso tem que orgulhar a nossa Cidade. Eu pedi e construí com as nossas Bancadas para que pudéssemos, sim, aproveitar as presenças de vocês e enfrentar os temas que Porto Alegre vem vivendo. Nós tivemos aqui um seminário longo em que o IAB nos proporcionou a sua contribuição, e um dos temas que traz e sempre tem afirmado – e nos ajudou no debate do Parque da Usina, nos ajudou no debate da Av. Edvaldo – é que faltam bons projetos à cidade de Porto Alegre. E bons projetos são resultado de diálogo, de memória, de participação e de valorização da competência técnica dos técnicos da Prefeitura, dos nossos arquitetos, dos nossos profissionais. Que bons projetos aprendi com vocês, Tiago! Bons projetos resultam disso. E a cidade de Porto Alegre, infelizmente, não está construindo bons projetos, porque peca exatamente na participação da sociedade de uma forma organizada, de uma forma consequente. E o que temos assistido, lamentavelmente, é um esforço da sociedade que acaba sendo reativo, porque a sociedade não é chamada, não são apresentados a ela os projetos. Então a sociedade, nesta Cidade que se acostumou a participar, ao se dar conta, reage, chama reunião, traz contribuição. Aconteceu isso com o projeto da Rua Anita Garibaldi. Há um ano os moradores da Rua Anita Garibaldi – exatamente há um ano – fazem reuniões, apresentam, a partir dos seus arquitetos, seus colaboradores, alternativas, questionam o projeto. E hoje o projeto da Anita Garibaldi está parado exatamente por um outro aspecto que o IAB sempre nos traz, o de que a Cidade tem que ter um planejamento, um acúmulo de memória, de conhecimento científico que não pode, a cada projeto, desaparecer. E as ideias não podem aparecer do nada, ou por projetos doados pelos empresários, ou por projetos contratados por notório saber. E o acúmulo que a Cidade tem, nos seus Conselhos do Plano Diretor, no seu debate regional, no seu debate técnico nos fóruns técnicos, como o IAB faz, nos Grupos de Trabalho que a Prefeitura montou e desmontou como o tema da orla... E nós estamos na expectativa, sim, de novo, de que a Prefeitura não incorra no erro de licitar os projetos para a orla do

---

---

Guaíba, a orla que tem que ser de todos, que tem, em Porto Alegre, um movimento em sua defesa, a orla que já protagonizou, nesta Casa, os maiores embates, como o tema do Pontal do Estaleiro. Todos nós sabemos que, a cada vez que se mexe em um pedacinho da orla, tem polêmica, por quê? Porque todos são donos da orla de Porto Alegre, porque o rio Guaíba, porque a ambiência na beira do nosso rio é direito de todos, é bem público, é patrimônio público e tem que ser debatido com todos. O IAB levanta, pediu e está requerendo à Prefeitura e a esta Câmara que seja apresentado o projeto da orla. E nós queremos nos somar a essas vozes sérias, competentes, que não são de um Partido ou de outro, mas são de livre organização dos maravilhosos arquitetos que tiram o seu tempo pessoal para produzir para a Cidade, para construir a Cidade mais bonita e mais sustentável. Então, eu queria reforçar, Tiago, os pontos que tu trazes aqui, pois um complementa o outro. Em todos os pontos temos pleno acordo, são pontos que resultam combinados, respeitados, numa Cidade boa de se viver. Portanto, parabéns, nós nos somamos a essas ideias que respeitam profundamente uma Cidade que aprendeu a participar e que quer construir o seu destino, a sua ambiência e a sua estética, porque quer viver bem aqui.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** O Sr. Tiago Holzmann da Silva está com a palavra para as considerações finais.

**O SR. TIAGO HOLZMANN DA SILVA:** Presidente, muito obrigado pela deferência. Gostaria de agradecer às manifestações dos Vereadores Líderes de Bancada. Quero fazer alguns rápidos comentários.

Ver. Comassetto, as entidades dos arquitetos e dos engenheiros estão trabalhando, em conjunto, para qualificar e para colaborar com a questão da aprovação de projetos em Porto Alegre.

O Ver. Sabino comentou, com muita propriedade, a importância dos servidores, profissionais arquitetos, profissionais engenheiros, profissionais técnicos que tocam o dia a dia da Prefeitura nas suas Secretarias e nos seus departamentos.

Os Vereadores Janta, Nedel e Pujol coincidem com relação a uma proposta que a gente apresentou aqui, que é a importância de espaço de discussão para os projetos e para o



---

planejamento da Cidade, sendo que nesse espaço de discussão, com certeza, vão surgir divergências e debates que serão ricos para qualificar esse processo.

Ver. Nedel, eu tive, recentemente, também, a felicidade de fazer uma viagem a passeio para visitar o Urban Center, em Bologna, que é um desses espaços que podem servir como ótimo exemplo de um lugar onde a cidade está sendo discutida diariamente, onde se produzem esses projetos de qualidade.

O Ver. Ferronato comentou a questão do Centro de Eventos, entre outros temas.

O Ver. Marcelo comentou sobre a questão dos concursos, da ciclovia da Av. Ipiranga. Com certeza, a gente gostaria de voltar aqui em um outro momento, em outra oportunidade, para tratar com mais profundidade a questão dos concursos públicos de arquitetura.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda também salientou a importância das temáticas do transporte, da habitação. Se houver oportunidade, também voltaremos para contribuir, com esta Casa, nesses itens.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia comentou dos bons projetos e do Projeto da orla, e eu gostaria de dizer que eu não tenho a menor dúvida de que o arquiteto Jaime Lerner tem plenas condições de fazer um excelente projeto; entretanto, não se faz uma casa sem falar com seus moradores. Então ele tem que vir apresentar, qualificar, discutir o seu projeto com toda a população de Porto Alegre e não apenas em pequenos grupos. Já tivemos um contato com ele e parece que há uma disposição, ele não se recusaria a participar de uma apresentação, de um debate nessa linha.

Finalmente, gostaria de agradecer novamente à Casa, Presidente e Vereadores, e dizer que esses 10 Pontos, na verdade, são o acúmulo de décadas de atuação dos arquitetos brasileiros e do IAB, e que a importância dessa história não seja perdida e possa ser complementada diariamente. O nosso atual presidente nacional, o arquiteto Sérgio Magalhães é um dos grandes responsáveis, uma grande liderança na área da habitação, no trabalho com as favelas e na implantação de concursos públicos no Rio de Janeiro, que são uma prática muito mais comum da que temos aqui.

Também queria saudar a presença do nosso ex-presidente, David Léo Bondar; e mencionar outro presidente nosso, o Cláudio Luiz Araujo, que é o projetista que construiu esta Casa que, hoje, recebe todos com essa qualidade arquitetônica e espacial.

---

Quero agradecer novamente e colocar, mais uma vez, o IAB e os arquitetos à disposição para colaborarem nessa construção. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** Obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h11min.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** (15h12min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos ao

## **GRANDE EXPEDIENTE**

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Grande Expediente.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Ver. Mario Manfro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; espero poder concluir hoje o meu Grande Expediente. Quando estava falando aqui, no dia em que nossa Câmara de Vereadores foi invadida, estava falando sobre as medidas que o Governo Dilma teria adotado após a marcha dos estudantes, da população do nosso País, na véspera da greve geral, em que o povo do Brasil foi às ruas e paralisou em 100% as suas atividades, em Porto Alegre, na Região Metropolitana, no Espírito Santo, na Bahia, em boa parte do Rio de Janeiro, São Paulo e por aí fora do Brasil. Os trabalhadores, no dia 11, paralisaram por uma agenda propositiva do Movimento Sindical, que está, há três anos, na mão do Governo, desde o Conclat. Essa agenda propositiva prevê: a redução da jornada de trabalho, o fim do fator previdenciário, a reforma agrária, a igualdade entre homens e mulheres, uma política de valorização dos salários dos aposentados, 10% do PIB para a Educação, 10% do Orçamento para a Saúde, e a ampliação dos investimentos públicos, principalmente nas áreas de Saúde e de saneamento. E também prevê a regulamentação das Convenções 158 e 151 da OIT e a correção da tabela do Imposto de Renda com a isenção para quem recebe abaixo de

---

---

R\$ 6 mil e, principalmente, um controle grande dos juros e da inflação. E o Movimento Sindical paralisou suas atividades e, logo depois, nós tivemos o prazer de realizar o VII Congresso da nossa Central da Força Sindical. Na verdade, o que mais nos motivou a ir às ruas – e estamos indo, novamente, provavelmente no dia 30, no final do mês de agosto – foi que os trabalhadores brasileiros não estão indo às ruas por R\$ 0,20; nós, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, vamos às ruas por R\$ 20 trilhões que o Governo brasileiro está querendo entregar para o capital especulativo estrangeiro, que é a entrega do nosso Pré-Sal. O Governo brasileiro quer entregar R\$ 20 trilhões da Petrobras e do Pré-Sal, das nossas reservas de petróleo, quer entregar para as empresas multinacionais, nos leilões do Pré-Sal, e privatizar totalmente a Petrobras. O petróleo é nosso, a Petrobras é nossa, e nós não vamos admitir, em hipótese alguma, que esse dinheiro todo seja entregue na mão do capital especulativo. Não vamos admitir o que vimos, que dinheiro do povo brasileiro seja entregue nas mãos de empresários irresponsáveis e aventureiros, como o Sr. Eike Batista, que, agora, usou milhões do BNDES e vem dizer que seus poços de petróleo estão sem óleo, são de difícil exploração.

Então, nós encaminhamos, no Congresso da Força Sindical, uma Moção de Repúdio à entrega do Pré-Sal. Vamos encaminhar aqui, nesta Casa também, porque é inaceitável que o Governo Federal, sem consultar o povo brasileiro, abra mão dessas reservas de energias para fechar as contas do superávit primário e atender à pressão dos bancos. O Congresso brasileiro deve convocar toda a população para fazer um grande plebiscito. Aí, sim, teremos que fazer um grande referendo, porque não estamos indo às ruas, volto a afirmar, por R\$ 0,20; estamos indo às ruas por R\$ 20 trilhões, que o Governo quer tirar.

Eu aproveito este dia, este momento especial, pois eu acho que as conspirações do cosmos, muitas vezes, ajudam, e eu e o Delegado Cleiton ficamos para falar, no nosso Grande Expediente, no dia em que nós vamos discutir, nesta Casa, uma das coisas muito importantes à população de Porto Alegre, que é o Plano Plurianual. E o Governo já encaminhou à base aliada um pedido para que todas as emendas aprovadas pelo Relator fossem rejeitadas, que todas emendas que estivessem no Relatório do Prefeito Guilherme Social Villela fossem rejeitadas. Então, eu proponho ao Governo que faça a lição de casa, que extinga Secretarias, que acabe com os 917 CCs da Prefeitura, em vez de tirar dinheiro da Saúde e da Educação. As quatro emendas que apresentei, que o Governo propõe que sejam rejeitadas, duas delas são da área da Saúde, duas delas propõem a

---

abertura dos postos de saúde 24 horas, e, em uma delas, o Relator aprovou, que disponibilizava R\$ 14 milhões para viabilizar a abertura dos postos de saúde 24 horas. Duas eram da área da Educação, um projeto do meu Partido, que é a escola de turno integral. E o Governo, dizendo que não tem dinheiro, que as contas públicas não comportam mais, propõe, através da sua Secretaria, que todas as emendas, inclusive as da base do Governo, sejam rejeitadas.

Então, eu proponho ao Governo, que hoje tem 28 Secretarias, que fique com a metade delas, que seriam suficientes para administrar a cidade de Porto Alegre para os porto-alegrenses. É um excesso, na nossa Cidade, os 917 CCs que o Governo tem hoje.

**O Sr. Aírto Ferronato:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu não tenho esta informação de que as emendas aprovadas no...

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Eu tenho um documento que foi entregue pela Assessoria do Vice-Prefeito, pelo meu Líder de Bancada, semana passada, aqui nesta Casa, emendas ao Plano Plurianual. (Lê.): “Em respeito às emendas parlamentares apresentadas pelos Srs. Vereadores ao Projeto de Lei do Plano Plurianual 2014-2017, a Prefeitura de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento (SMPEO), avaliou as proposições, especialmente sobre o aspecto de existência, ou não, de ação que a sustente distribuída nos 13 Programas Estratégicos de Governo e de sua viabilidade econômico-financeira (...)”. Aí vêm as considerações. (Lê.): “(...) Emendas parlamentares com fonte de recurso em Reserva de Contingência: Emendas nºs 01, 03, 06, 08, 10, 12, 13, 14, 15...”

**O Sr. Aírto Ferronato:** As emendas aprovadas no Relatório...

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Depois nós chegamos lá. Então, eu vou pegar só para o Líder do Governo ver a minhas emendas. Emenda nº 13, de autoria do Ver. Cláudio Janta: ação para desenvolver atividade educativa nas escolas. Rejeitada. Foi a proposta do Governo. Emenda nº 14: Ação de escola integral. Proposta do Governo: Rejeitada. Emenda nº 15: Atendimento básico primário. Rejeição da Emenda também. Emenda nº 16: Pronto-Atendimento 24 horas, acatada pelo Relator, Ver. Guilherme Socias Villela, foi aprovada

---

pela Comissão desta Casa, a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Proposta do Governo: Rejeição da Emenda.

Então, estão todas as emendas aqui, está aqui o documento entregue pela Assessoria do Governo aqui nesta Casa, todos pela rejeição, de toda a base do Governo, oposição. O Ver. Waldir Canal tem emenda, a Ver. Lourdes também, todos os Vereadores que apresentaram emenda. Então, eu proponho que o Prefeito, ao invés de rejeitar as emendas dos Vereadores, que ele acabe com essa vergonha de CCs! Que diminua! Novecentos e dezessete CCs para quê? Para quê 917 CCs? Para que essa montoeira de Secretarias? Vinte oito Secretarias que poderiam ser acomodadas em 14! Para que tudo isso? Aí nós vamos ter dinheiro! Aí vai sobrar dinheiro para nós tratarmos da Saúde de Porto Alegre! Vai sobrar dinheiro para nós tratarmos da Educação de Porto Alegre! Vai sobrar dinheiro para nós fazermos as demandas do OP, que algumas estão atrasadas em até 10 anos. E isso eu estou vendo em todas as assembleias do OP aonde vamos: que as grandes demandas do OP não foram concluídas e não foram sequer iniciadas, principalmente da área de moradia e de Saúde.

Portanto, eu acho que esta Casa – e já tenho dito isso – não é um cartório, esta Casa não é um apêndice; esta Casa é um órgão independente; esta Casa é um órgão que pulsa; esta Casa é o espaço mais democrático que representa toda a população de Porto Alegre. Toda! Aqui não tem vitoriosos nem derrotados; aqui não tem gremistas nem colorados; aqui não tem situação nem oposição. Aqui tem o povo de Porto Alegre, representado em todos os seus segmentos, porque, aqui, chegamos representando todos os segmentos de Porto Alegre. Então, nós não temos carimbo de ninguém, somos uma Casa autônoma, e, por isso, temos o direito de apresentar Emendas no Plano Plurianual e o direito de discutir essas Emendas.

Falei na questão do transporte, que o Governo liga a sua patrola e acha que nós não podemos discutir nada. Eu acho que as coisas boas do Governo nós vamos defender nesta tribuna e apoiar. Agora, essa forma de fazer política vamos combater, de fato. Não é assim que se faz política, não é assim que eu aprendi a fazer política, não respeitando as minorias, não respeitando quem chegou aqui pelo voto popular, quem chegou aqui para representar uma parcela da sociedade de Porto Alegre.

---

**A Sra. Sofia Cavedon:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, serei muito breve para lhe dizer que fico quase emocionada ao ouvi-lo, porque acho que esse diapasão tem que ser de todos nós. Não tem Executivo que acerte se não for permeável ao Legislativo com quem divide *pari passu* o poder da municipalidade, um Legislativo com as características que V. Exa. coloca aqui, de representação da sociedade. Então, acho muito ruim essa posição do Executivo e acho muito importante que retomes a dignidade com a qual nós devemos respeitar o mandato, com o qual o povo nos responsabilizou de levar as demandas. O Executivo sempre vai ter em si as urgências de Executivo, e nós, Legislativo, precisamos ajudá-lo a encontrar alternativas criativas. Não existe Orçamento folgado, não existe situação maravilhosa. Existem escolhas, opções. E a Casa política, com a sua diversidade, tem que poder influenciar nessas opções de Governo.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** E eu quero trazer aqui a experiência dos trabalhadores para o Executivo. O trabalhador, quando diminui a hora extra, quando diminui o PLR, quando diminui um pouco do dinheiro na sua produção, no seu ganha-pão, ele diminui os supérfluos. Então, quando eu digo para o Governo diminuir o número de Secretarias, quando eu digo para o Governo diminuir o número de CCs, estou trazendo aqui uma experiência do trabalhador. O trabalhador quando faz menos horas extras, quando ganha menos PLR, ele diminui o supérfluo, ele deixa de comer uma pizza com a mulher, ele deixa de ir a um jogo, Brasinha, em vez de ir todos os domingos, ele vai só um domingo ao mês; em vez de trocar de carro de 3 em 3 anos, ele troca de 5 em 5 anos. Então acho que o trabalhador vive apertando o cinto. Então, é o momento de o Governo apertar o cinto, diminuir um pouco os Cargos em Comissão e as Secretarias.

**O Sr. Alceu Brasinha:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quando V. Exa. fala sempre presto muita atenção porque V. Exa. é um representante do trabalhador. Quando faz sua manifestação sincera, com garra, força, realmente me sinto representado por V. Exa. porque também sou um trabalhador. Parabéns pela sua luta. Certamente irá representar muito bem aqui e, quem sabe, lá no Planalto.

---

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Este é o assunto que nos traz hoje ao Grande Expediente e quero dizer que esta Casa é do povo de Porto Alegre e que nós vamos seguir aqui com força e fé, defendendo o direito dos trabalhadores, com uma política pública para a Saúde, Educação e desenvolvimento para a nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Grande Expediente.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; público aqui presente; os que nos assistem pela TVCâmara; senhoras e senhores; Guarda Municipal que se faz aqui presente para manter a ordem e a segurança nesta Casa do Povo. Após a palavra do colega Ver. Cláudio Janta, o ressurreito, tenho a dizer que desde o dia 1º de janeiro, quando assumi esta Casa, todos os dias, penso se estou aqui ainda representando os meus 6.556 votos, e agora toda a população de Porto Alegre. Quando viemos para esta Casa, tínhamos como sonho algumas situações, mas muitas se tornaram utopia – é uma pena. E temos andado muito – o meu Gabinete e eu – por Porto Alegre, temos atuado muito em vários pontos da Cidade, sempre com o sentimento de ajudar, mas muitas vezes, infelizmente, ficamos travados por uma Constituição e por uma Lei Orgânica que fizeram de nós simples aprovadores das leis que vêm do Executivo. Por vezes, abrimos os jornais e lemos sobre o nosso trabalho de uma forma como se não estivéssemos fazendo nada nesta Casa. O nosso horário, não somente o que é cobrado, às vezes, pelo Ver. Janta, de estarmos aqui três vezes por semana no plenário, mas começamos a trabalhar às 8 horas e não temos hora para terminar – eu realmente não tenho hora para terminar, não tenho dia nem fim de semana. Nesse final de semana, estive discutindo, na Vila Choclatão, com a comunidade, uma forma de constituir renda que empodere aquela comunidade, um projeto que venha de dentro para fora, um projeto que tenha como protagonista e executor os membros da comunidade. É uma comunidade carente que, infelizmente, teve que sair daqui – que era próximo ao Centro, onde tinha o seu habitat, onde tinha a sua forma de trabalho, o meio de buscar o seu alimento – e foi colocada para longe. A intenção do Governo foi muito boa de colocar essa comunidade em casas onde teria o mínimo de conforto, mas essa comunidade esqueceu-se que

---

pág. 22



---

nessas novas casas teria de pagar luz, água, gás; teria de desenvolver uma nova forma de buscar o seu sustento. Muitos projetos que lá aportaram, infelizmente, eram para levar aquele grupo de pessoas que até então não estava acostumado aquele tipo de habitação, aquele novo modo de sobrevivência e tentar incluí-lo, mas ainda não é a forma que eles querem, que precisam. Quando diz o Ver. Janta que tentamos aqui fazer e, muitas vezes, os nossos pedidos não são atendidos, eu quero dizer – e até vou contra algumas coisas que discuto com o Janta –, que temos que ter responsabilidade. Quem de nós não gostaria de um passe livre para todos os estudantes e trabalhadores. Quem de nós, representantes do povo, moradores de Porto Alegre, não gostaríamos do passe livre? Mas alguém vai ter que pagar por isso! São necessárias, muitas vezes, adequações para que possamos administrar. E isso é necessário no Governo do Estado, na União e também no Município. É fácil chegar aqui e colocar que queremos sonhos nossos que, muitas vezes, podem ser utópicos, que não têm condições de serem realizados administrativamente porque temos que gerenciar. É como gerenciar uma casa. Eu gostaria muito de poder ter o carro do ano, mas, para isso, eu ia ter que ficar devendo ao banco; então, temos que fazer gerenciamento da situação, e, assim, no Município. Então, querido Ver. Janta, eu sou um dos que, na minha comunidade, luta por uma Saúde melhor; eu sou um que vou à porta do posto de saúde para brigar pela falta de fichas; eu sou um que gostaria de que os postos de saúde funcionassem além do horário comercial, além das 17h, porque doença não tem hora e também não tem final de semana. Mas temos que administrar com seriedade, não adianta chegar aqui e dizer que queremos e jogar as condições para a Prefeitura, para o Prefeito, com um orçamento que, muitas vezes, não é um orçamento que dê para administrar. Aí não estaríamos sendo coerentes. Coerência! Temos, sim, que trazer esses projetos para sejam discutidos. Se não der 24h, que, pelo menos, seja aumentado o número de horas de funcionamento dos postos de saúde, e que aumente, principalmente, o número de médicos, e que aumente o atendimento e a fiscalização em relação a esses médicos. Que não sejam aqueles médicos que olham o paciente em cinco minutos porque chegaram atrasados porque estavam em seus consultórios, na rua, olham nos olhos do pobre e dizem rapidamente: “Este é o diagnóstico, vá procurar tal remédio.” Que sejam médicos coerentes, que tenham orgulho do seu trabalho e respeito pela comunidade. Isso, sim, nós queremos. Tenho certeza de que o Prefeito Fortunati tem esse mesmo sentimento, o sentimento do

---

---

político que foi Vereador, o sentimento de quem é Prefeito hoje, o sentimento do político que foi Deputado, o sentimento do político que foi líder estudantil, sindicalista, esse sentimento ele tem. E seria fácil, muito fácil atacarmos aqui algumas situações sem mostrar se é realmente possível. Aí, sim, seríamos irresponsáveis.

Como eu disse antes, todo dia eu me levanto tentando saber se ainda tenho os meus 6.556 votos. E não é por uma futura reeleição, não! É pela confiança que essas pessoas tiveram em mim ao me colocarem aqui com quase sete mil votos, como 22º Vereador entre as 600 ou 700 pessoas que disputaram esse último pleito. Sei que eu, a minha Bancada e os 36 Vereadores temos esse mesmo sentimento, esse mesmo sonho: o de poder atender a toda a comunidade de Porto Alegre. Mas não podemos sonhar e ser somente utópicos. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro):** O Sr. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa-tarde, Sr. Presidente, Ver. Mario Manfro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, todos que nos assistem; querido colega Delegado Cleiton, sonhar é bom! E eu tenho sonhado, Delegado, com uma coisa muito importante para a cidade de Porto Alegre e para o Estado: o Museu do Negro. Ver. Janta, que dificuldade! Mas eu tenho certeza de que nós, negros, vamos conseguir. Agora, em breve, vem a votação do Plano Plurianual. Duas Emendas minha foram aprovadas – a 21 e a 23 – na CEFOR. As Emendas nº 20, 22 e 24 foram rejeitadas. Mas o que acontece? É a mesma coisa que eu fazer um time de futebol e não colocar goleiro. Eu não tenho um time de futebol, eu não tenho goleiro. Então, eu subo a esta tribuna para defender a Emenda nº 20, que frisa a importância de se obter espaço físico público para a implantação do Museu do Negro. Foi aprovada a Emenda nº 21, que cria a infraestrutura para o Museu. Mas de que adianta o Museu ter verba para a infraestrutura e não ter o prédio para alocar os recursos? Aí é difícil! Acredito que uma emenda só terá validade se a outra, que é a 20, for aprovada; do contrário, infelizmente, a Lei do Museu do Negro vai continuar engavetada.

---

Por isso, eu peço a ajuda dos 36 Vereadores, Ver. Cleiton, na votação dessas emendas, principalmente, a Emenda nº 20, porque senão essa emenda vai ser engavetada. E o Museu do Negro é a única história no mundo e mais aqui no Brasil, porque o negro não tem história! E, em Porto Alegre, a Capital dos gaúchos, onde nós temos, Ver. Mario Manfro, mais de 49% de afrodescendentes, não temos o Museu do Negro?! Gente, não é o Tarciso, é o Museu do Negro! Eu, como negro e como Vereador, estou lutando por ele, Paulinho Motorista. É muito difícil tu não veres a história do negro. A história do negro contada nas esquinas, de escravo, disso e daquilo, é uma história muito fajuta. A história do negro que ajudou a construir este País e o Rio Grande do Sul, essa não é contada, essa não interessa. Os negros têm que continuar sendo escravos, têm que continuar sendo negro.

Então, eu peço aos caros colegas Vereadores que, na época, votaram “sim” pelo Museu do Negro... 36 votos, Pedro Ruas, veja a importância deste Museu do Negro para a Capital dos gaúchos! Aqui nós temos a maioria: de 49 a 50% são afrodescendentes. Esse Museu vai mostrar esse reconhecimento para as crianças, não só para os negros, mas para os brancos, para todas as raças que entendam a história do negro, que é linda. E assim, daqui a 15, 20 anos, quem sabe vamos ser iguais, vamos ter a mesma história. A cor não importa, o que importa é aquilo que o ser humano, que o homem faz durante a sua passagem na Terra.

Então, gente, isso é importante. Eu, sinceramente, nos últimos dois, três meses, estou decepcionado, desanimado com muitas coisas. Há muito dinheiro para muitas coisas, não vou tirar mérito daquilo ou disso. Aprovar as Emendas 21 e 23 e não aprovar a 20 é a mesma coisa, Pedro Ruas, que botar um time em campo sem goleiro! Não tem como eu não ter um local para fazer a estrutura. Gente, um dia eu vou ver esse Museu do Negro, seja como Vereador ou como um cidadão negro desta Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Waldir Canal assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** (15h50min) Havendo quórum, passamos à

**ORDEM DO DIA**

Em votação o Requerimento nº 084/13, de autoria do Ver. Mario Manfro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Em votação o Requerimento nº 132/13, de autoria do Ver. Paulo Brum. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Em discussão o PLE nº 018/13. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 018/13.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver. Waldir Canal, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu nunca assisti a um momento como este: no Plano Plurianual, a Cidade sequer tem notícia de que ele foi elaborado e nem que vamos votá-lo neste momento. É um Plano para quatro anos – e falo com a população que está nos assistindo, que virá acompanhar –, Plano de Diretrizes para os quatro próximos anos na cidade de Porto Alegre. Neste Plano, a proposta do Executivo é praticamente uma repetição do que eram os chamados projetos transversais, já inventados no Governo Fogaça. Projetos que, de transversalidade não produzem nenhuma; ao contrário, desde que nós iniciamos a apresentação dos Orçamentos e do Plano Plurianual na forma de projetos transversais, não se consegue identificar o montante de recursos de cada projeto, de cada programa; na verdade, o montante de cada área, as prioridades. E, aos poucos, a Prefeitura vai tornando, de fato, uma grande peça de ficção os Orçamentos e o Plano Plurianual.

Este Plano Plurianual repete o modelito. Neste modelo nós sabemos que Esporte, Lazer e Cultura perderam recursos ano a ano nos anos de execução desses projetos transversais, e a justificativa muitas vezes é – Tarciso, que é da área de Esporte: “Ah, não, não; não está aqui no Esporte, porque vai ser feito por lá”. Aí tu vais ver na Juventude, e não tem nada. Na Juventude não vai fazer nada? Inclusive, agora aglutinaram a Juventude com a temática da Cultura. Por que inventar Secretarias se não tem orçamento? Agora, vão fazer, via Cultura, algumas ações de Juventude. Na Acessibilidade é a mesma coisa, e

---

nós sempre discutimos aqui. Ver. Janta, quando foram criadas microssecretarias, nós dizíamos teimosamente, de forma chata, o pessoal olhava e às vezes dizia: “Ah, eles são tudo contra”. Quantas vezes eu ouvi, Brasinha? “Eles são contra. Eles são contra. Eles são contra”. Não é que nós somos do contra, não adianta fazer SEDA, Acessibilidade, Juventude, Gestão, Governança, mais isso e mais aquilo, e tirar recursos de áreas essenciais somente para custeio. Então, drenaram em recursos da Cultura e do Esporte, das quais mais claramente se retirou qualquer potência de ação, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, para quê? Para dar sustentação de CCs para as pequenas Secretarias.

A SEDA é importante, Lourdes, fundamental tratar do bem-estar animal, claro que é! Agora, criar uma estrutura... e eu só recebo notícia de que a SEDA não se responsabiliza. Eu ligo para a SEDA, ela não pode; eu ligo para a SEDA, ela não tem como fazer! Não tem estrutura, não tem recursos de investimento, portanto, é inoperante, não consegue operar! É assim a Juventude, é assim a Acessibilidade, é assim a SEDA. E o que acontece? Áreas essenciais perdem recursos. Estão aí os equipamentos de cultura e os de esportes, degradadíssimos! Está aí a descentralização da Cultura, que acabou! Acabou! Está aí o Fumproarte, que reduziu 25%... No ano passado, foram retirados professores de 23 parques e praças nas quais faziam atividade física, esporte, escolinha, etc. Portanto, essas praças e esses parques foram abandonados, porque sai o professor, sai a atividade sistemática, e é óbvio que eles vão ser ocupados pelos vândalos, pelos moradores de rua, etc.

Então, este Plano Plurianual repete este modelo – afirmo aqui –, repete esse modelo: não prioriza área estratégica; não teve debate com a sociedade; não está marcado pela marca da sociedade, pela discussão da Cidade. Aqui, hoje, veio o IAB dizer que não se faz bons projetos sem discutir o morador. E o Plano Plurianual é um projeto para quatro anos que não está discutindo com a Cidade, Ver. Tarciso!

**O Sr. Tarciso Flecha Negra:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Sofia. Eu trabalhei em várias praças aqui em Porto Alegre: no Sarandi, na Ponta Grossa, e sei da importância do trabalho nas praças com o esporte!

---

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Pois é, Vereador, é um testemunho muito importante, nós sabemos disso, estamos tentando revitalizar algumas, mas não tem como fazer sem professor.

Então, senhores, se, de novo, com a sociedade não foi discutido; se, de novo, com a sociedade não foi discutido; se, de novo, repete os programas de transversalidade que não realizam transversalidade nenhuma e estão aí, na verdade, para mascarar a retirada de investimentos em várias Secretarias, porque, nesse período, também houve uma maior fragmentação na ação da Prefeitura. Isso está claro, está nítido. Há uma queixa generalizada dos moradores de que o serviço não funciona porque não tem uma ação articulada. O PIEC – Programa Integrado Entrada da Cidade, que era exemplar de ação articulada, foi completamente abandonado. Nem sequer as moradias e os programas de moradia foram desenvolvidos, o que dirá as ações articuladas de esporte, de cultura, de geração de renda, de assistência social. Talvez o módulo da FASC mais incapacitado, sem condições de acolher e de encaminhar às situações humanas, seja o do conjunto de comunidades do Centro Regional Humaitá. Então não há essa articulação. Houve uma fragmentação e não há, portanto, com o Prefeito Fortunati, nenhuma mudança de modelo de gestão nesta Cidade: manteve a fragmentação; ampliou o número de CCs; reduzirá o investimento; reduziu para dois anos o Orçamento Participativo; fraudou a participação, na área da Cultura, que tem muito mais voto do que participação. Então eu espero que aconteça, pelo menos, alguma permeabilidade – alguma, porque a maioria das emendas foi rejeitada – no debate com esta Casa, que representa uma parcela da população de Porto Alegre através das emendas do debate que aqui se faz.

Presidente, encerro dizendo que o Plano Plurianual está seriamente comprometido. Não inova; a Cidade está com sérios problemas; não tem nenhuma inovação do Governo que, agora, apresenta, também, diferente dos outros, dificuldades financeiras. O que será da cidade de Porto Alegre?

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. João Derly está com a palavra para discutir o PLE nº 018/13.

---

**O SR. JOÃO DERLY:** Boa-tarde, Sr. Presidente, Ver. Waldir Canal; demais Vereadores; público nas galerias; público que nos assiste pela TVCâmara, estou aqui em nome da Bancada do PCdoB – em meu nome e em nome da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, que, infelizmente, não está presente, está em viagem. Apresentamos 14 emendas ao PPA, sete de minha autoria e sete da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony. De todas as questões abordadas, chamou-nos atenção a discrepância e valores semelhantes, e vou citar as políticas públicas dos animais, construções de creches, instituições de ensino infantil e moradias populares. Nesse intuito, nós apresentamos algumas áreas – Educação, Saúde de Esporte. Vou falar da Educação, porque temos um déficit de 50 mil vagas no Ensino Infantil; da Saúde, um problema grave que temos enfrentado em nossa Cidade; do Esporte, porque temos uma ferramenta importante de luta contra as drogas e também tratando da inclusão social do jovem; e da Habitação, porque também temos muitas famílias em habitações de risco e há necessidade de investirmos, sim, nessa área.

De forma responsável, propomos a realocação dos recursos, prioritariamente das verbas do fundo de reserva e da publicidade. Retiramos dessas áreas que entendíamos que eram uma forma de a gente poder realmente cumprir aquilo a que nos propomos em nossas campanhas eleitorais e aquilo que estamos fazendo aqui, que é nosso trabalho legislativo. Essa é a nossa contribuição no PPA de Porto Alegre, e por isso contamos com os demais Vereadores para votar de acordo com a necessidade da população.

Por exemplo, contemplando a iniciativa da Emenda nº 37, da Ver.<sup>a</sup> Jussara, que dobra o número de moradias a serem construídas, e a minha Emenda nº 41, que implementa a Internet livre nas escolas do Município, atendendo não só aos alunos, mas também a toda a comunidade. Nós não temos como fazer a Internet livre na cidade inteira de Porto Alegre, mas é uma forma de poder beneficiar os moradores de certas regiões.

Fico muito triste vendo o que o Vereador e amigo Cláudio Janta trouxe, que o propósito do Governo é vetar todas as emendas, emendas que creio que sejam, sim, uma contribuição para uma melhora de nossa Cidade em locais de extrema importância, como, há pouco, a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon e o Ver. Janta falaram, na Educação, na moradia. Se nós estamos aqui para lutar por isso, nós temos que aprovar essas Emendas! Não creio, Ver. Tarciso, que podemos sofrer influências externas para poder matar projetos e emendas tão boas, além das que nós e tantos outros Vereadores propomos e que realmente podem produzir efeitos na nossa Cidade. Então, peço aos Vereadores que



---

olhem com carinho e realmente estudem as Emendas para que vejam que nós as fizemos com muita atenção e as escolhemos com muita cautela de onde retirar os recursos para nossas emendas. Obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 018/13.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu sou um Vereador que não apresentei nenhuma emenda para o Plano Plurianual, mas respeito muito quem apresentou. Quero dizer isto: respeito todos os Vereadores que apresentaram emendas. Eu não apresentei emendas para o Orçamento nem no ano passado, porque acho que isso não pode ser muito individualizado, até porque a grande maioria das emendas acaba não sendo cumprida por um motivo ou outro. Eu acho uma desconsideração para com aquelas entidades ou pessoas que vivem esperando acontecerem as coisas das emendas durante dois, três ou quatro anos. Eles têm certeza de que vai acontecer. As pessoas mostram que elas foram aprovadas, e as entidades acreditam naquela aprovação. Elas não são feitas de mentirinha, são feitas com a intenção de atender, mas, na maioria das vezes, não são atendidas, e aí eu fico pensando. Eu ouvi o Ver. Alberto dizer que a população que invadiu ou adentrou a Câmara de Vereadores ficou porque não se sentia representada pelos Vereadores. Então eu pensei cá comigo: por que eu vou votar um Plano Plurianual ou as emendas dos Vereadores que também achavam que não representamos a população? Seria muito mais fácil, se eu fosse pensar assim, pequeno, não aprovar nenhuma Emenda daqueles que pensam que eu não os represento. Eu não iria aprovar nenhuma Emenda se eu pensasse assim. Mas eu acho que nós não podemos generalizar horizontalmente, Ver.<sup>a</sup> Mônica. Acho que nós temos que ter respeito com as entidades ou com alguém que fez a Emenda, porque eles acreditam. Nós não podemos fazer demagogia e panfletagem com as Emendas, e nós devemos dizer para elas que estão no Plano Plurianual sujeitas a orçamento, sujeitas a verbas, sujeitas ao caixa do Município. Devemos ser verdadeiros nessa publicização das Emendas que apresentamos. Por isso, eu acho que nós temos que refletir muito antes de começar a votação. Emenda por Emenda, nós vamos ficar aqui

---

---

duas, três, quatro semanas, e não sei se temos tanto tempo. Acho que nós temos que fazer um exame de consciência e ver para que serve o Plano Plurianual. Ele não pode ser peça de ficção, como não é peça de ficção o Orçamento, mas, quando chega o final de cada ano, nós vimos que elas raramente são cumpridas na integralidade ou em partes também. Então eu queria, de uma forma muito sucinta, pedir que não se faça demagogia – isso não é um conselho, é um pedido – com a aprovação de Emendas, que elas não sirvam para panfletar em nenhum lugar, muito menos para iludir entidades, pessoas e comunidades. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLE nº 018/13.

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Ver. Tarciso, Ver. Paulo Brum, Ver. Elizandro Sabino, Ver. Cassio Trogildo, Líder da minha Bancada, eu não sou muito favorável à emenda, Ver. Paulo Brum. Por quê? As emendas, pouco tempo atrás, duas horas atrás, três horas atrás, Tarciso, nós estávamos lá na Arena, justamente discutindo emendas, só que aquelas lá de Brasília, que vêm aos pedacinhos, aos pouquinhos. Houve emenda de vinte mil que veio seis mil e uns quebrados; tem uma emenda de sessenta lá, se vier vinte, talvez, mas, para fazer a área de então, as emendas, eu não concordo muito Ver. Sabino, porque essa dificuldade... Lá de Brasília, tem uma emenda que é de milhões e já vem...Quando vem, ou quando cai no Cadin, enfim. Então, eu quero dizer para os senhores que eu não sou muito favorável à emendas.

Mas também acontece alguma coisa boa nesse Governo Tarso Genro. Quero dar uma notícia para vocês da Bancada do PT, Ver. Alberto, Ver. Marcelo, Ver.<sup>a</sup> Sofia, quero dar uma notícia para a senhora do seu Governo Tarso Genro, vou aproveitar a discussão aqui: Tarso Genro acabou de confirmar para o Secretário Kalil Sehbe R\$ 30 milhões para nós duplicarmos a Av. Castelo Branco. Trinta milhões! Então, o Governador...

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.)

**O SR. ALCEU BRASINHA:** A Av. Castelo Branco. Então o Governador está de parabéns, tem de ser aplaudido o Governador, porque a Av. Castelo Branco vai ser duplicada. Então dou esta notícia em primeira mão para a senhora.

**A Sra. Sofia Cavedon:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Brasinha, eu até lhe agradeço pela honestidade e eu sei que V. Exa. é nesse sentido é muito coerente. Apenas, então, registrar que a parte que o Governo devia exigir da OAS não exigiu, como a Av. A J Renner, como a Av. Padre Leopoldo Beltrano, os acessos, os ônibus, etc., do entorno da Arena. Não exigiu, caneteou, liberando a OAS. Agora a parte que o Governo do Estado é responsável por fazer está fazendo, o Governo Municipal está buscando recursos federais, numa parte que a empresa privada deveria fazer Ver. Brasinha. Então, o senhor apenas confirma a discussão e a tese que eu venho trazendo tantas vezes à tribuna.

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, só que a senhora pegou uma coisa que não tem nada a ver com a outra, então vamos botar as coisas no lugar. A Av. Castelo Branco não tem nada a ver com a Arena do Grêmio. Essa avenida foi um ganho do nosso Governador Tarso, ele está de parabéns, Cecchim, porque conseguiu, e foi anunciado pelo Secretário Kalil Sehbe, aliás, um Secretário extraordinário, trabalhador, honesto, que trabalha muito na Cidade. Reconheço, Reginaldo Pujol, que o Secretário Kalil Sehbe é um verdadeiro herói que consegue R\$ 30 milhões com o Governador do Estado, para duplicar a Av. Castelo Branco. É uma maravilha.

**O Ver. Idenir Cecchim:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) É verdade, que bom que o Governador faz alguma coisa. Agora, eu queria dizer só para a Ver.<sup>a</sup> Sofia que eu não a vi falar nada sobre a duplicação da Av. Beira Rio e do entorno do nosso coirmão colorado.

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Acho que podemos chamá-la para que explique direito.

---

**O Sr. Idenir Cecchim:** E não precisa falar mesmo, porque acho que tem que fazer, a Av. Beira Rio vai ser para os porto-alegrenses, não é só para as pessoas irem ao Colorado para assistir ao jogo. Agora, ela precisa saber também que, quando terminar a BR-448, que não termina nunca, já era para terminar antes de ficar pronta a Arena e não termina, a Rodovia do Parque junto à Arena do Grêmio, ela tem que continuar até pelo menos a Av. Farrapos. Ou isso não é coisa do Governo Federal? É do Governo Federal e tem que fazer, tem que usar essa energia para isso.

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Concordo plenamente com o senhor, Ver. Cecchim.

Ver.<sup>a</sup> Sofia, a senhora está totalmente equivocada e errada. A senhora sabe que as contrapartidas que a OAS teve estão sendo cumpridas rigorosamente em dia. E mais ainda, a Arena do Grêmio foi um presente para a Cidade e isso é confirmado com a comunidade. Isso comprova que, quando há um evento do tamanho de um Gre-Nal, como ocorreu ontem, milhares de pessoas sobrevivem de um evento como esse, vendendo refrigerantes, água, pastéis, mantas, camisetas, bandeiras, etc. A senhora não tem ideia da proporção de gente que sobrevive em cima de um evento, de um Gre-Nal, do jogo do Grêmio ou do Internacional. Mas no Internacional está sendo feito tudo ao redor também, e aquela área que era ociosa, que precisava, só porque a Arena se instalou lá... Certamente contribuiu com a Cidade, mas o Governo também tem a vez, sim, de dar uma estrutura completa para o cidadão que tem carro poder ir ao bairro Humaitá.

**A Sra. Sofia Cavedon:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Brasinha, eu admiro como V. Exa. defende a Arena, não a Arena, porque a Arena todos nós defendemos, a OAS, na verdade. Mas eu só lembro-lhe que o Governo Municipal contribuiu bastante com os índices construtivos, isentando todos os impostos materiais: R\$ 30 milhões na isenção de impostos materiais; assim como o Governo Estadual. Então a OAS recebeu a contrapartida dela em função de que vai colocar quase mil apartamentos para moradores privados, e já estão todos vendidos. Ela tinha que fazer a infraestrutura ao redor, porque isso é a regra para todos os empreendimentos, para os outros empresários, assim como V. Exa. é empresário.

Mas eu só quero falar que a contrapartida do Internacional – isso é importante para as pessoas que estão em casa – acertada no projeto votado aqui na Câmara e depois no do

---

licenciamento era a Passarela do Samba; fazer todos os espaços para os grupos de samba que têm ali. Eu creio que eles estão fazendo, nós vamos verificar. Não era nas vias do entorno, se está certo ou errado eu não sei, mas não era isso. Portanto, eu exijo que o Prefeito cumpra o que era da responsabilidade de cada um dos clubes.

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Ver.<sup>a</sup> Sofia, realmente o Prefeito Fortunati está cumprindo rigorosamente o certo. Pode ter certeza de que este é um Governo transparente, é uma marca do Município; o Fortunati é uma grife, porque tem nome, tem palavra; ele é um cidadão que honra o que diz e faz. Quando ele não está aqui, ele está em Brasília buscando verbas para o nosso Município. Nesses 16 anos que ficamos quebrados, os “José” vieram abençoados por Deus e estão levantando o Município, fazendo com que todos vocês queiram pegá-lo de volta. Primeiro, vão trabalhar mais para um dia vocês conseguirem chegar novamente lá.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 018/13.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quando usamos a tribuna anteriormente propondo ao Governo a extinção da metade das secretarias, já protocolamos junto ao Prefeito, ao Vice-Prefeito de Porto Alegre, junto também com a metade dos Cargos em Comissão da Prefeitura, porque entendemos que, realmente, se a Prefeitura não tem dinheiro para emendas importantes dos Vereadores, as quais tratam da acessibilidade, como a emenda do Ver. Paulo Brum; emendas que tratam da questão de envolver os jovens para tirá-los das drogas, que é uma emenda do Ver. João Derly; emendas que tratam da Saúde, como é o caso das minhas, da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony; emenda que trata da escola de turno integral, que é o caso da minha; emendas da Ver.<sup>a</sup> Lourdes, emendas da Ver.<sup>a</sup> Luiza Neves e de vários outros Vereadores, alguns jovens que chegam agora aqui, mas acreditam no Plano Plurianual. Emendas da oposição, da Ver.<sup>a</sup> Fernanda, do Ver. Pedro Ruas, do Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto, da Ver.<sup>a</sup> Sofia, de todos que apresentaram emendas. Acho que o nosso papel, como Vereadores, é apresentar emendas a um Plano que vai administrar a nossa Cidade até 2017.

---

A minha assessoria, nas emendas que apresentei, sugeriu tirar esse dinheiro da rubrica da nossa Copa, porque, estranhamente, Ver. Paulo Brum, Ver. Valter Nagelstein, é previsto R\$ 844.978.665,00 para a Copa do Mundo, dinheiro do povo de Porto Alegre. Sendo que, em 2014, no ano em que teremos a Copa do Mundo, serão R\$ 438.520.580,00 – no ano da Copa do Mundo! Será esse dinheiro disponibilizado pela Prefeitura de Porto Alegre para Copa do Mundo, dinheiro que seria para a Saúde, Educação, acessibilidade, retirada dos jovens das drogas, e vai para a Copa do Mundo. Depois que a Copa acabar, em 2015, o Governo irá dispor de R\$ 257.605.018,00. Em 2015 terminará a Copa, e o Governo Municipal vai tirar R\$ 257.605.018,00 da Saúde, da Educação, da acessibilidade, da moradia e vai dar para a Copa do Mundo! Em 2015, quando terminar Copa! Em 2016, dois anos depois da Copa do Mundo, já estamos discutindo a outra Copa! Não sei onde será. Já tem a Copa da Recopa. Aí o Governo vai tirar R\$ 393.526.176,00 da Saúde, da Educação, da Habitação e da Infraestrutura. Em 2017, na beira da Copa do Mundo de 2018! Em 2017, o Governo de Porto Alegre vai tirar R\$ 56.317.721,00 para obras da Copa. Mas nós vamos receber a Copa de novo, em 2018, em Porto Alegre? Porque isso parece consórcio! Nós estamos, há seis anos, gastando dinheiro com a Copa do Mundo, e esse dinheiro todo, R\$ 844.978.665,00, em quatro suaves parcelas... Isso é o consórcio de lojas, suaves prestações, “quatro suaves parcelas” que vão até três anos depois da Copa do Mundo. Isso é para promover estrutura de atrações culturais específicas para a Copa do mundo, conforme a exigência da FIFA. Mas a FIFA vai exigir lá na FIFA! Agora, a FIFA não vem querer tirar R\$ 844.978.665,00 do povo de Porto Alegre para fazer estrutura de atrações culturais específicas para a Copa do Mundo. Além disso, nós temos uma estrutura temporária, Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, de R\$ 35 milhões. Temporária, Srs. Vereadores, de R\$ 35 milhões! Nós temos FIFA Fan Fest, de R\$ 8 milhões. Só aí nós temos R\$ 43 milhões do povo de Porto Alegre, da Saúde, da Educação e da Habitação, destinados à Copa do Mundo, à FIFA. FIFA Fan Fest! Eu não entendo nada de inglês, mas deve ser uma farra: Fan Fest, farra, FIFA! E tem mais R\$ 810 mil; aí são trocados, R\$ 810 mil para o projeto da Copa; depois tem mais um de R\$ 200 mil. São trocados... Só que nós estamos falando em milhões e milhões para um evento, parcelados em quatro anos. Nós estamos falando de milhões e milhões que poderiam ser aplicados em Habitação, em Educação, em Saúde, e, em hipótese alguma, foi ouvida esta Casa e a população de Porto Alegre em

---

---

relação a essas “suaves prestações” da Copa do Mundo de 2014. E a população de Porto Alegre irá pagar até 2017 no Plano Plurianual, no que é apresentado para nós, no PPA. Está ali um suave consórcio, em quatro parcelas: a primeira parcela de R\$ 438 milhões; a segunda, de R\$ 257 milhões; a terceira, de R\$ 393 milhões e a última, de R\$ 56 milhões; e mais alguns reforços de R\$ 35 milhões, R\$ 8 milhões e mais R\$ 1 milhão. Isso é o que está no nosso Plano Plurianual, que nós temos que discutir, sim. Quando o Governo diz que não tem dinheiro para Saúde, para Educação, para Habitação, para infraestrutura e tem essa fortuna para dar a uma instituição privada, que é a FIFA, e bota isso no Plano Plurianual. Então, temos também essa proposta que entregamos ao Vice-Prefeito e ao Prefeito, agora, por *e-mail*, de a Cidade funcionar com a metade de Secretarias e metade de CCs. Com força e fé seguimos lutando para melhorar a nossa Cidade para os trabalhadores e suas famílias. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 018/13.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Prezado Presidente, discutir o Plano Plurianual sempre é discutir a Cidade. Ver. Cláudio Janta, fiquei preocupado com sua fala, porque isso poderá motivar o Prefeito Fortunati a sair do PDT. Essa discussão toda que o senhor traz aqui com a Bancada do Partido Trabalhista vem de encontro a um Projeto que o Prefeito apresenta para a Cidade. E eu quero dar continuidade, Ver. Valter Nagelstein, a esse debate, porque a cidade de Porto Alegre perdeu o rumo do planejamento. E é isso que nós temos que debater aqui, porque no Sistema de Mobilidade Urbana da cidade Porto Alegre, onde está descrito, no Plano Plurianual, que o sistema de vias arteriais continua, Ver. Brasinha, a dar vazão ao trânsito da Cidade? No Plano Plurianual não aparece essa estrutura do planejamento. Onde está, no Plano Plurianual, um programa que venha regularizar as 750 vilas irregulares que nós temos em Porto Alegre? São 750 vilas irregulares que não estão no Plano Plurianual, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, não há um projeto de regularização fundiária que apresente uma orientação para que nós possamos, Ver. Brasinha, canalizar mais recursos do Poder Público Federal! Porque tem recurso no Ministério das Cidades para regularização fundiária. Agora, se não tiver projeto, não

---



---

teremos recursos! E essas 750 famílias, que moram em vilas irregulares, não têm a titulação dos seus lotes, não têm as suas plantas regularizadas. E aqueles, Ver.<sup>a</sup> Séfora, numa vila irregular, lá na Zona Norte, que têm um mercadinho e não têm o habite-se, não têm o alvará; e, por não terem alvará, são irregulares. Com isso, não acessam os financiamentos públicos para poderem financiar o seu próprio negócio, o pequeno negócio! Tem dinheiro no Sebrae, tem dinheiro no Governo do Estado, tem dinheiro no Bannisul, tem dinheiro na Caixa Econômica Federal, tem dinheiro no Banco do Brasil. E esse dinheiro, para os pequenos empreendedores, está fora da cidade de Porto Alegre. Por quê? Porque não tem um projeto de regularização fundiária que inclua essas comunidades da periferia, e são 750! Não é uma, não são duas, são 750 vilas irregulares, e isso dá, aproximadamente, 250 mil pessoas em Porto Alegre! Isso é quanto? Isso é 10% da população de Porto Alegre. É pouco? Não, é muito!

E, aí, o seguinte: nesta discussão aqui do Plano Plurianual, nós temos que pegar os dados que a ONU, a Organização das Nações Unidas, apresentou na semana passada, os dados do IDH, Índice de Desenvolvimento Humano: Porto Alegre era a primeira Capital do Brasil, até o ano 2000. Hoje, é a oitava Capital do Brasil em desenvolvimento humano. Era uma das primeiras cidades do Brasil; hoje é a 28ª cidade. Por quê? Porque Índice de Desenvolvimento Humano se mede com a qualidade da saúde, com a qualidade econômica, com a qualidade da educação.

E eu quero lembrar, aqui, que o Prefeito Fogaça, quando se elegeu na primeira vez, apresentou, no Plano Plurianual, nesta Casa, construir 255 Postos da Saúde da Família. Quantos existem hoje? Não passam de 120. E continua vindo no papel no Plano Plurianual: aumentar as equipes da Saúde da Família. Foram aumentadas? Não foram!

Portanto, este é o debate que temos que fazer aqui. Este é o debate! Se o Ver. Janta vem aqui e, com qualidade, apresenta que tem uma agenda de custos com a Copa do Mundo para quatro anos depois que terminar a Copa, não queremos saber desses gastos com equipes técnicas para elaborar festas para a FIFA em homenagem à Copa do Mundo. Nós queremos ter Postos da Saúde da Família lá no Lami, lá na Restinga, lá na Vila Mapa, lá na Rubem Berta, lá na Santa Rosa, lá na Entrada da Cidade, lá no Morro Santa Tereza, lá na Cruzeiro, lá na Glória, onde não tem estrutura da Saúde da Família. Onde está, no Plano Plurianual, apresentada esta proposta, Ver. Ferronato?

---

E quero dizer mais ao meu querido Ver. Carlos Nedel: foram apresentadas 60 Emendas, e estas Emendas que estão todas destacadas e que apresentamos para debater não são para complicar o Plano Plurianual; são para discutir com os colegas Vereadores para criarmos um consenso e vermos quais Emendas ainda podemos ajudar a qualificar este debate.

Quero homenagear aqui novamente o Ver. Sebastião Melo, que hoje é Vice-Prefeito e que foi, por duas vezes, Presidente desta Casa, pois ele cumpriu todos os acordos políticos que construiu coletivamente. Acordo político, quando se faz, Ver.<sup>a</sup> Mônica, é para cumprir. Não é como alguns, no subterrâneo, que costumam dar golpe e querer desconstituir os acordos políticos. Acordo político é feito para ser cumprido. E eu me espelho aqui, sim, no Ver. Sebastião Melo, que foi Presidente desta Casa.

Sr. Presidente, as 60 emendas que fizemos, todos nós aqui, são para serem debatidas. Queremos dialogar com os 36 colegas Vereadores para ver no que temos consenso e no que não temos consenso, além do relatório que já foi feito aqui pelo Ver. Villela. Ele fez uma proposta, agora cabe a nós analisarmos essa proposta e vermos no que poderemos consensualizar. Esta é a nossa disposição, neste momento, aqui, em nome do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 018/13.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Ver. Waldir Canal, presidindo os trabalhos; Vereadoras, Vereadores, eu queria fazer este debate sobre o Plano Plurianual, primeiro, lamentando profundamente que um debate que trata de R\$ 25 bilhões, uma previsão orçamentária para o período entre 2014 e 2017, sequer discutiu com a cidade de Porto Alegre. Que estejamos fazendo este debate de maneira muito séria, muitas intervenções trouxeram elementos fundamentais, Ver. Cláudio Janta, de verdadeiros contrassensos que estão no Plano Plurianual da nossa Cidade, como a questão das estruturas temporárias para a Copa; mas eu volto a elas quando formos debater o problema da Saúde, da regularização fundiária e da infelicidade que temos visto sistematicamente nesta Casa. Primeiro, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o próprio

---

Orçamento serem tratados pelo Governo como verdadeiras peças de ficção científica, porque vários dos projetos previstos, votados pelo próprio Governo, sequer as nossas emendas saíram do papel; há verba contingenciada, não são executados e aparecem sistematicamente nos orçamentos do Município de Porto Alegre, seja o projeto da Saúde da Mulher, seja a Revitalização da Orla, que eu vejo há quatro anos, em todos os orçamentos que são enviados para esta Casa. Mas nós estamos debatendo uma peça orçamentária que é superior aos orçamentos anuais, porque deveria tratar de um planejamento estratégico para um mandato de quatro anos e para aquilo que é fundamental para a Cidade, que é a possibilidade de a população decidir o que são as áreas sociais, as áreas fundamentais para investimentos pesados ao longo dos anos. E nós não temos isso. Nós estamos debatendo, nesta tarde do dia 5 de agosto, sem que a Cidade tenha a possibilidade de discutir o que todos nós discutimos aqui na tarde de hoje nesta Câmara Municipal; audiências públicas, debates com a Cidade que possam discutir o teor dessas emendas, e não só das emendas, mas do próprio Projeto enviado pelo Governo Municipal. Segundo, a prática sistemática, que o Ver. Eng.º Comassetto e o Ver. Cláudio Janta trouxeram a esta tribuna, de rejeitar todas as emendas. Todas as emendas da oposição, ou mesmo da base, porque o Governo não quer que haja contribuições propositivas, intervenções, melhorias na proposta do Plano Plurianual. Plano Plurianual, que por sinal, trata mais uma vez, de desconsiderar o que os movimentos sociais e populares, o que a juventude tem feito e tem falado nas mobilizações do nosso País. Estou aqui com o Plano Plurianual e não vou discutir as obras da Copa de 2014 ainda, mas quero discutir apenas algo que consome R\$ 43 milhões, o mesmo valor que eles gastaram no ano passado inteiro com a regularização fundiária na nossa Cidade. Quarenta e dois milhões foi o que o DEMHAB gastou durante todo o ano de 2012 para construir moradia popular para 50 mil porto-alegrenses que não têm onde morar, para 700 comunidades que vivem de maneira irregular na nossa Cidade, e portanto, de maneira irregular com todas as situações que isso acarreta: pessoas que vivem em área de risco; pessoas que vivem sem energia elétrica regularizada; pessoas que não têm ainda o seu endereço porque o seu bairro não foi regularizado. Quarenta e três milhões de reais do orçamento do Plano Plurianual destinados para uma festa da Copa do Mundo, que é a Fan Fest, que será de R\$ 8 milhões, e R\$ 35 milhões para estruturas temporárias durante a Copa do Mundo de 2014, que serão destruídas logo depois da Copa! Enquanto as

---

---

peças seguirão com os problemas de moradia; enquanto o povo seguirá, lamentavelmente, com o problema de saúde pública no nosso Município; enquanto, infelizmente, não vai avançar o Projeto de Educação Integral com que muitos Vereadores contribuíram naquelas emendas e que foram rejeitadas pelo relator. As que não foram rejeitadas pelo relator, o Ver. Socias Villela, agora perigam ser rejeitadas pelo Governo Fortunati. É o caso da emenda dos postos de saúde em horário noturno, que acho muito boa, Ver. Cláudio Janta, porque as pessoas trabalham e o posto fica aberto apenas em horário comercial, e faz com que milhares de porto-alegrenses não possam acessar às Unidades Básicas de Saúde – portanto, não têm atendimento. Então, são projetos fundamentais para qualificar a vida da nossa população e foram unilateralmente rejeitados, mais uma vez rejeitados, enquanto R\$ 43 milhões vão apenas para uma festa e para as estruturas temporárias na Copa do Mundo.

A Prefeitura gasta mais de R\$ 100 milhões por ano com os Cargos em Comissão, com os CCs, para todas as Secretarias criadas no Governo Fogaça e Fortunati foram a reboque dezenas de CCs, são quase mil CCs que comprometem em R\$ 110 milhões anuais o Orçamento do Município de Porto Alegre. Vários Municípios já começaram a cortar CCs, diminuir as Secretarias, porque é necessário ter mais investimento nas áreas sociais, porque a população está nas ruas mostrando que não aceita esta lógica da política em que a população não é consultada nas grandes decisões. É por isso que é fundamental que se faça esse debate sobre o Plano Plurianual. Primeiro, da intransigência do Governo com as Emendas dos Vereadores, independente de base ou situação; segundo, da ausência de democracia com a Cidade sobre esse Projeto de quatro anos; terceiro, de mais uma vez prioridades equivocadas.

**O Sr. Engº Comassetto:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.<sup>a</sup> Fernanda, se me permite utilizar o seu precioso tempo, estamos sabendo que o Vice-Prefeito virá a esta Casa para fazer uma reunião com a base do Governo para discutir as emendas. Quero dizer o seguinte: o Plano Plurianual não é só da base do Governo, é de todos os Vereadores. Portanto, quero deixar registrado ao Líder do Governo, Ver. Airto Ferronato, que esta Casa é composta por 36 Vereadores, e a maioria das 60 Emendas é da oposição. Portanto, nós defendemos radicalmente o diálogo nesta Cidade, e o Prefeito

---

e o Vice não abrem essa possibilidade. Então, quero deixar registrado: se ele vem amanhã aqui na Casa, que seja para discussão com os 36 Vereadores.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Quero concordar e reiterar não o apelo do Ver. Comassetto, mas a cobrança, independente da pessoa ou do Partido, esta Casa tem 36 Vereadores, goste o Governo ou não das nossas posições. Portanto, o debate tem que ser com o conjunto dos Vereadores, e digo mais, deveria ser com o conjunto da Cidade. (Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 018/13.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Casa discute o Projeto de Lei de autoria do Executivo Municipal que, cumprindo determinações legais, encaminhou à Casa este Projeto que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014 a 2017 e dá outras providências.

Este Projeto importante, integrante do contexto que envolve o planejamento estratégico necessário aos Municípios, Estados e à República brasileira, foi discutido primeiramente aqui na Casa e agora relatado pelo Ver. Guilherme Socias Villela, que nos oferece um Relatório amplo, constituído de inúmeras páginas, por mais reduzido que pretendesse seu autor assim fazê-lo. Ensejam este Projeto e o Relatório, que recomenda a aprovação de um grande número de emendas e a rejeição de outras tantas, uma discussão que nos parece sob um ponto de vista relevante, Ver. Tarciso, e sobre outro, Ver. Valter, absolutamente inconsequente.

É evidente que a elaboração deste Projeto levou em conta uma realidade brasileira que se altera inclusive dia a dia, mês a mês, hora a hora. E que naturalmente enseja que em determinados aspectos ocorra imprecisão com relação a números, propostas, prognósticos e diretrizes. Assim, este Projeto veio à Casa com essa característica. E nós não desconhecemos que esses seis meses, Ver. Aírto Ferronato, esse semestre tem se caracterizado por um desmonte, um esclarecimento e, sobretudo, o degelo de uma realidade suntuosa que se montou para este País e que não era verídica. Tudo o que se dizia até dezembro do ano que findou a respeito do grande Brasil, que navegava em mar

---

---

sereno, que voava em céu de brigadeiro, tudo isso se desfez por inteiro quando nós estamos vivendo uma realidade que se caracteriza pela retomada da inflação, pelo descontrole absoluto do Governo central, pelo verdadeiro desgoverno que hoje existe neste País. Por isso, eu acho que são absolutamente inconsequentes algumas análises que aqui se fazem e algumas críticas que aqui se oferecem. Não é por nenhuma predisposição a quem quer que seja que nós nos manifestamos nessa ordem, porque, para nós, pouco releva que esses conceitos tenham partido da oposição ou de integrantes da base aliada do Governo, que têm a mais ampla liberdade de vir à tribuna e colocar as suas posições, o que não é privilégio de ninguém. O Ver. Janta pode vir à tribuna, independentemente de qualquer compromisso do seu Partido político, e colocar as suas posições. Nem isso retira a responsabilidade de acentuar determinados aspectos da discussão que não podem nos engessar de modo nenhum. Há coisas que, neste País, acontecem, e não somos nós, Vereadores de Porto Alegre, ao votar um Plano Plurianual, suficientemente capazes de multiplicar. Este País, que se comprometeu internacionalmente com a ideia de realizarem-se aqui alguns acontecimentos esportivos, como a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016, não tem mais condição de recuar. Se recuasse, transformava o que já foi um erro num erro muito maior, porque todos os investimentos que foram feitos e que estão sendo feitos – muitos deles apontados como excessivos, desnecessários e, sobretudo, malfeitos, muitos deles com essas características – não desaparecerão, não deixarão de produzir seus aspectos negativos se houver um retrocesso impossível de acontecer. Ora, os compromissos que a Nação assumiu no Exterior foram subscritos por um cidadão eleito e reeleito Presidente desta República, por conseguinte absolutamente credenciado a realizar as tratativas que realizou e a formular, acentuar e subscrever os acordos que subscreveu.

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** Para concluir, Vereador.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Por isso, Sr. Presidente, agradeço a V. Exa., que está sendo muito bondoso conosco nos concedendo rigorosamente cinco minutos para nos manifestar... esse pouco tempo que nos foi concedido nos permite, ao menos, fazer um acerto. Vamos raciocinar em termos de realidade brasileira. Nós não estamos falando no Brasilzinho aquele que era uma maravilha, que a crise mundial era uma pequena marola

---

---

e que não iria nos atingir. Nós estamos falando num País que está em crise, literalmente em regime falimentar, e, por conseguinte, não há que se cobrar do governante do Município, que também recebe o impacto dessa crise, outra posição se não a de, com realismo, propor um projeto que tem característica positiva, que reflete uma realidade do dia de ontem e que obviamente pode, por isso mesmo, merecer algumas correções. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLE nº 018/13, por cedência do Ver. Paulo Brum.

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Sr. Presidente, Ver. Waldir Canal; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu volto a esta tribuna para explicar por que eu não gosto das emendas. Mas, antes disso, eu quero dizer para o Ver. Comassetto, que ele estava comigo e com vários Vereadores na Redenção comemorando a vinda da Copa do Mundo para o Brasil, e para cá, nós como sede aqui também. Agora eu não entendo por que ele está contra! Se querem trazer um evento da proporção de uma Copa do Mundo, tem que ter custo, mas tem que ver quanto vai ficar aqui. Será que alguém já fez a conta, Ver. Reginaldo Pujol, de qual é o montante que vai ser arrecadado de imposto, o montante do comércio, do pequeno, do hoteleiro e tudo? Será que alguém fez a conta? Será que o Ver. Comassetto já fez?

Aí eu não consigo entender, Ver. Waldir Canal! Uma vez aplaude; daqui a um pouquinho, volta atrás. Eu não, eu tenho uma palavra só! Pode durar dez anos, vinte anos, a minha palavra vai ser aquilo, sempre vai ser, porque eu tenho a minha linha, Fernanda. E eu admiro vocês que têm a linha mais... Mas fico surpreso quando o Ver. Comassetto vem a esta tribuna novamente e aí está contra a Copa do Mundo. Mas nós deveríamos, então, estar contra a Dilma, a Presidente Dilma, que gastou milhões lá em Brasília, milhões em todo o Brasil, e aí? Então, eu acho que nós não podemos aproveitar o momento, o vento, que vai para um lado, e a gente vai junto. Eu não, eu tenho a minha linha, eu vou sempre na minha linha.

Eu quero dizer para os senhores que eu não faço emendas. Não faço porque a emenda, para mim, representa sabem o quê? Um puxadinho, uma gambiarra no projeto original.



---

Então, eu não faço, não faço! Porque, senão, nós vamos levar dias e dias discutindo aqui, Ver. Mauro Pinheiro, e não vão ser aprovadas as emendas novamente.

Eu quero dizer para os senhores, Ver. Tarciso: quem é de nós que não teria uma emenda para apresentar a favor do esporte? Quem é que não teria para a cultura? Todo o mundo tem! Só que o orçamento já é curto, o cobertor é curto, não tem como puxar para um lado e para o outro. Então, eu fico com o projeto do Executivo, Ver. Ferronato, meu Líder, porque tenho certeza absoluta de que, na transparência deste Governo, na transparência do Vice-Prefeito, que é o Sebastião Melo, que faz um belo trabalho juntamente com os Vereadores... Podem ter certeza absoluta de que o Vice-Prefeito não faz diferença, não tem Bancada, são todos iguais, ele trata todo o mundo igual.

Então, Ver. Comassetto, vamos parar de ser Vereador federal e ser Vereador aqui do Município, discutir as suas ruas, os seus bairros e as suas vilas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 018/13.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que nos acompanham na tarde de hoje, nossos telespectadores e ouvintes; numa preliminar, nós recebemos do Prefeito em exercício, Sebastião Melo, uma correspondência solicitando a supressão da Ação nº 2.136 – já faço este Requerimento à Mesa –, que trata de aumento de capital proposto para a Companhia Carris, que não necessariamente precisa estar no anexo do Projeto de Lei, não há necessidade de Emenda. Por força do art. 118, apenas por isto, no Projeto de Lei do Plurianual, de Orçamento, necessariamente devem constar os orçamentos de investimentos para as empresas públicas. Ouvindo aqui as manifestações, quero dizer que temos emendas, e a esmagadora maioria delas retira verbas, define-se verba para uma finalidade e retira-se necessariamente de outra rubrica. Praticamente todas elas retiram de três rubricas: retiram da Reserva de Contingência, da publicidade e dos serviços da Copa. Necessariamente, pela Constituição Federal, o Governo tem o dever de publicizar suas ações. Portanto, não dá para retirar toda a verba da publicidade.

Em segundo lugar, a Reserva de Contingência é essencial para as ações de quatro anos.

---

Em terceiro lugar, as obras da Copa. Vamos conversar um pouco sobre isso. Eu ouvia os Vereadores, essencialmente o Ver. Comassetto, Vereador do PT, criticar ferrenhamente as questões da Copa. Eu acho que nós deveríamos, então, criticar o Governo Lula, porque a festa foi nacional, com a chegada da Copa para nós. A outra observação que eu ouvi foi referente ao Relatório que recebemos. Essa é uma sugestão que vamos discutir, sim.

E, por último, até em razão do nosso tempo, eu ouvi a Ver.<sup>a</sup> Fernanda insistentemente falar da intransigência do Governo e de que é uma prática a rejeição de emendas. Não; desde que estamos aqui nós sabemos que sempre foram aprovadas diferentes e diversas emendas da oposição e da situação.

Vamos ver agora a intransigência, e começa pela nossa CEFOR – Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Nós temos emendas aprovadas: uma do Ver. Canal; uma do Ver. Janta; duas do Ver. Tarciso Flecha Negra; uma do Ver. Mario Fraga; três da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony; uma do Ver. Comassetto; uma do Ver. Alberto Kopittke; três do Ver. João Derly; uma da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna. Por Partido: o PT aprovou duas emendas – sugestão proposta na Comissão; o PSOL, uma; o PCdoB, seis; o PTB, nenhuma; o PMDB, nenhuma; o PSD, duas; PRB, uma; PDT, duas – Partido do Governo. Muito bem.

E, só para concluir, quanto à proposta da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna à Emenda nº 53 houve tanta intransigência lá na Comissão – e somos todos Vereadores da base do Governo, é bom dizer isso... A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna conseguiu aprovar uma Emenda, na Comissão, de R\$ 1,2 milhão à Casa de Apoio Viva Maria, inclusão da ação. Então, na verdade, não é assim que acontece e tem acontecido aqui na Câmara. E é verdade, sim, que vamos nos reunir e discutir essas emendas.

**O Sr. Eng<sup>o</sup> Comassetto:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, nesses dez segundos, o que nós, da oposição, estamos dispostos a estabelecer com o senhor e com o Governo? O diálogo sobre os quatro anos, que é o Projeto da Cidade, que essas emendas podem contribuir para isto neste momento. Essa é a nossa disposição.

---

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Estamos aí para estabelecer esse diálogo, agora, não dá para falar da situação e das intransigências, porque isso não procede.

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** Ver. Airto Ferronato, informo que a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal se inscreve e cede o tempo a V. Exa., que poderá prosseguir, a partir deste momento, na discussão do PLE nº 018/13.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Obrigado. O Orçamento público – eu leciono essa matéria há muitos anos e quero repetir o que tenho dito aqui – são leis autorizativas. E o Orçamento público começa com um Plano Plurianual, que é o que nós estamos votando agora. Depois, vamos chegar, Ver. Janta, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que dá as diretrizes deste ano para o ano que vem. Portanto, é aí que é definido o espaço que se reserva para ações individuais. E mais: é no Orçamento anual, que vem logo depois da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que são autorizados os gastos para o ano seguinte. Portanto, agora, nós estamos definindo diretrizes e metas de longo prazo. Precisamos compreender que, em toda Peça Orçamentária, há rubricas, e que algumas rubricas requerem um limite mínimo de verba. A União, o Estado e todos os Municípios brasileiros fazem assim. Só para dizer o tamanho do problema e a impossibilidade que temos pelo conjunto de emendas que se apresentou: o conjunto de emendas elimina, termina, inviabiliza a Reserva de Contingência, passa pela metade e transforma essa reserva em aproximadamente 50% daquele 1% mínimo. Para se ter uma ideia, o valor da publicidade é praticamente levado a zero. Aquelas obras não permanentes da Copa têm R\$ 41 milhões, R\$ 43 milhões e o conjunto de verbas chega a R\$ 35 milhões. Portanto, é impossível aprovar esse conjunto de emendas, porque nós faríamos um furo no Orçamento que não teria como ser sustentado.

**O Sr. Cláudio Janta:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Airto Ferronato, então, pelo que o senhor está nos dizendo, há um acordo do Governo para aprovar o Relatório do Ver. Guilherme Socias Villela, e não aquele documento que circulava na quinta-feira. É isso?

---

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Nós vamos conversar sobre o tema. Sim, e o que nós vamos fazer? Nós respeitamos profundamente o relatório escrito pelo Ver. Villela, aprovado na CEFOR, e vejo como um equívoco nós agora voltarmos à estaca zero e rejeitar todas. Nós temos que preservar o Ver. Villela pelo trabalho que fez, sério, competente, discutido, e nós, da Comissão de Finanças, aprovamos, sim, porque ele tinha uma posição de consenso. Acreditamos que é possível construir uma posição que seja favorável para a Câmara e que tenha o aval do Executivo e o voto favorável nosso.

**A Sra. Lourdes Sprenger:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Ferronato, sobre o PPA, entende-se que, se não está estabelecido como meta, também vai prejudicar, futuramente, à medida que se queira incluir alguma outra emenda que não seja constante já deste PPA. E eu gostaria de saber sobre a publicidade, isso já é antigo, que sempre se apresentou emendas – nós até trouxemos muitas emendas de fora para os Vereadores defenderem aqui – retirando da publicidade. Eu quero saber se já há uma determinação de Governo para não aprovar as emendas que estão em publicidade.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Vamos só fazer uma observação aqui. Não é uma determinação de Governo. Nós temos, na verba de publicidade, um total de R\$ 122 milhões para quatro anos. O conjunto de emendas retira R\$ 120,80 milhões, então ele praticamente termina com a verba de publicidade. Agora, também quero dizer o seguinte: o orçamento é uma lei, e a lei tu podes modificar no ano que vem, daqui a seis meses, daqui a dois anos... Então significa que não é uma coisa pronta, acabada e necessariamente certa. Daqui a um ano, no ano que vem, ou daqui a seis meses, compreendendo que tem alguma necessidade, pode-se apresentar um projeto de lei alterando o valor do Plano Plurianual.

**A Sra. Lourdes Sprenger:** Mas, Vereador, ultrapassando esse montante que está no PPA, tudo fica mais difícil. Se já é difícil passar uma emenda agora, o senhor deve concordar comigo que também será muito difícil.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Mas o que não podemos é pegar uma verba, a publicidade, retirar tudo.

**A Sra. Lourdes Sprenger:** No meu caso, não foi isso; no meu caso, é bem pequena a retirada, visando atender políticas públicas.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Mas, no conjunto das emendas, a proposta é retirar R\$ 120 milhões. Estamos aí contribuindo, e agradeço a atenção da Mesa, que nos deu um tempo um pouco maior.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLE nº 018/13.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Caros colegas, muito boa-tarde; Ver. Waldir Canal, que preside a nossa Sessão, venho aqui, neste nosso debate sobre o nosso Plano Plurianual, antes de mais nada, trazer uma questão individual, obviamente, como as Emendas são, na maioria, individuais. No meu caso, apresentei duas Emendas. Uma Emenda trata sobre a transparência de dados na gestão pública, um tema que venho trabalhando e de que já tratei várias vezes aqui nessa tribuna, sobre um novo modelo de gestão com dados abertos. A outra trata sobre novas tecnologias para a Segurança Pública. Gostaria de fazer o meu agradecimento à Comissão e ao seu Relator, o nosso ex-Prefeito Vilella, hoje Vereador, que incluiu uma Emenda minha, a de nº 31, de forma positiva no seu relatório. Tenho certeza de que isso vai trazer uma colaboração muito importante para a gestão da Cidade. Como eu sempre digo aqui, tenho o compromisso de destacar as coisas positivas; essa é a forma correta e qualificada com que a oposição tem construído e que faço questão de destacar. Quero pedir, então, que a gestão não ignore esse Relatório feito pelo nosso Vereador Vilella e pelos nossos colegas da Comissão de Finanças que aprovaram essa Emenda que vai garantir R\$ 2 milhões para um novo modelo de gestão, mais transparente, sobre os dados da Cidade.

Aproveitando que o debate ainda não é só individual sobre as emendas, faço uma reflexão rápida sobre o conceito do Plano Plurianual. Como o colega Comassetto destacou, nós temos um problema conceitual no PPA que foi apresentado nesta Casa. Além da falta de debate, temos um outro problema, que é a priorização das partes em

---

detrimento de um projeto do todo da Cidade. O que estou dizendo com isso? Que o Projeto, na verdade, é um remendo enviado pelas Secretarias e pelos órgãos do Município, que foi montado e formou um todo, o que não é uma forma correta de se planejar uma Cidade. E qual é a consequência disso? É aqui que eu gostaria de me deter. A consequência que eu gostaria que o PPA realmente atacasse – independentemente até das nossas emendas; eu abriria mão das minhas emendas – é aquilo que ficou registrado na pesquisa do IDH do Município: que Porto Alegre é hoje a cidade que mais retrocede no seu Índice de Desenvolvimento Humano. Porto Alegre foi a pior capital ao longo desses 3.132 dias de gestão – eu estou aprendendo com o senhor, Ver. Alceu Brasinha, a contar os dias. Então, nesses 3.132 dias da gestão Fogaça, governado pelo PMDB, e agora, nesse início de gestão do Prefeito Fortunati, o que restou? Restou, atestado pela ONU, que, infelizmente, Porto Alegre foi a capital do Brasil que menos cresceu. E eu espero que o senhor tenha uma boa notícia sobre isso para nós, meu querido amigo Ver. Brasinha.

**O Sr. Alceu Brasinha:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alberto Kopittke, V. Exa. sabe que eu tenho muita admiração pelo seu trabalho, mas, quando o senhor fala nos três mil e poucos dias, eu lembro e reflito sobre aqueles 5.844 dias. V. Exa. era muito novo, acho que não tinha como intervir, mas o Ver. Comassetto é um garoto de mais idade e deve lembrar bem. E lembro, como se fosse hoje, a cidade literalmente ficou quebrada. Mas, nessa proporção, eu fico pensando: por que, se estava tão bom, deram oportunidade para o Prefeito Fogaça governar? E aí vem novamente o Prefeito, e aí vem o Fortunati. Demonstrou a grandeza, a força e a transparência que esse governo tem, Ver. Alberto. E, quando penso e faço uma comparação entre os dois governos, o dos 16 anos, de V. Exa., e o nosso Governo, que, por enquanto, está há oito anos, e, se Deus quiser, vai ficar mais oito, eu quero dizer para o senhor que certamente vai haver um equilíbrio muito favorável a favor do Prefeito Fortunati, porque o Governo dele é bom.

**O SR. ALBERTO KOPITCKE:** Nós, como porto-alegrenses, meu caro amigo, Ver. Brasinha, realmente esperamos que isso aconteça, porque, nesses últimos oito anos de gestão, Porto Alegre parou. O Índice de Desenvolvimento Humano de Porto Alegre parou. Como o senhor bem disse, eu era pré-adolescente naquela época quando se encerrou a

---

---

gestão do PT. Porto Alegre era a primeira Cidade do País em qualidade de vida, hoje é a 28ª. Se seguir assim por mais dez anos, Porto Alegre não estará entre as cem cidades com a melhor qualidade de vida. E o PPA serve para quê? Serve exatamente para orientar as finanças da Cidade, para melhor desenvolver, fazer o desenvolvimento humano desta Cidade. O que não se tem visto é exatamente um planejamento capaz de possibilitar às pessoas, principalmente da periferia, obras de grandes viadutos, que é bom, mas é insuficiente e está fazendo a nossa Cidade retroceder na sua qualidade de vida.

Então, fica aqui o nosso registro, a nossa tristeza, e, efetivamente, como o colega Brasinha disse, agora Porto Alegre não só parou no IDH, como quebrou financeiramente, possivelmente pela falta de arrecadação do IPTU e também da não implantação da nota fiscal eletrônica que são as razões de hoje, que tem que se fazer mais uma série de cortes, fazendo a Cidade sofrer.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLE nº 018/13.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Presidente Waldir Canal, na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar aqui os demais Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, que nos assiste pela TVCâmara, senhoras e senhores. Venho a esta tribuna também para discussão deste importante Projeto de Lei, que é o Plano Plurianual, que na realidade organiza ou determina aquelas políticas públicas nas mais diversas áreas, eu diria assim, no formato guarda-chuva, e que, então, faz esse provisionamento para os próximos quatro anos. Fica de fora o primeiro ano do mandato, passa a vigorar para os três últimos anos do mandato, e o primeiro ano do seguinte mandato.

Eu estava aqui analisando atentamente as considerações e as ponderações, inclusive as contribuições. Muitas delas me pareceram bastante razoáveis, *venia* do Ver. Villela, que de maneira muito sensitiva, inclusive acolheu no seu Relatório algumas das contribuições dos Vereadores desta Casa.

Eu queria aqui me somar também à intervenção do Ver. Ferronato, nosso Líder do Governo, no sentido de que nós fizéssemos um exercício e um esforço para que o



---

Governo colaborasse neste momento, para que a gente pudesse aproveitar, o máximo possível as contribuições dos Vereadores. Ouvi aqui atentamente Vereadores fazendo ponderações nas mais diversas áreas da Cultura, do Esporte, da Saúde. Este Plano Plurianual é um plano de metas. Sabemos que a meta é algo a ser alcançada, mas nem sempre será. Vamos dizer que o Governo fará o maior esforço possível para que essas políticas públicas possam ser realizadas, mas algumas delas, com o “andar da carruagem”, serão ajustadas. Por que não, agora, aqui fazermos as considerações, apontarmos, registrarmos aqui no Plano Plurianual aquilo que for possível ou o mais próximo do possível, construímos com as Bancadas? Ouvi a Bancada do PMDB se manifestando; a nossa Bancada se manifestando, através dos Vereadores Janta, Mario Fraga, com suas contribuições; ouvi uma série de situações do Ver. Canal que foram levantadas, talvez as mais importantes que hoje estão na premência. A população se organizou, foi para as ruas pedindo melhoria na área da Educação, Saúde, no transporte coletivo. Vamos ver de que maneira os Vereadores podem contribuir. Vamos passar um pente-fino. Se precisarmos ficar aqui até às 8, 10 da noite, vamos ficar. Sabemos que o prazo é até o dia 15, vamos batalhar para encerrar esta Pauta até o final da semana, aproveitarmos de maneira seletiva, obviamente, o máximo possível da contribuição dos Vereadores, das Bancadas, para fazermos um afinamento. Vamos afinar o violão com a gaita, entre o Executivo e o Legislativo; vamos construir a quatro mãos um Plano Plurianual para o bem da Cidade para que seja o mais próximo do ideal para as comunidades, especialmente para quem mais precisa, para quem está lá na ponta, para a comunidade mais carente da Cidade, nos temas de maior relevância, que nós sabemos quais são: segurança, saúde, habitação, educação. Com a habilidade do nosso Relator, Ver. Villela, que de maneira muito sensitiva fez algumas compreensões no seu Relatório – inclusive confrontam uma análise inicial do Governo –, ver o que será possível para arredondarmos e chegarmos ao final desta semana com a aprovação do Plano Plurianual, com o apoio da totalidade da Câmara, para que possamos ter os próximos quatro anos bem orientados, com metas, com um norte, com aquelas priorizações que o Governo entendeu oportunas e necessárias, mas também com as considerações das Bancadas e dos Vereadores. Esta é a nossa consideração. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** Apregoo o Ofício nº 962/GP do Sr. Sebastião Melo, Prefeito em exercício.

O Ver. Mario Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 018/13.

**O SR. MARIO FRAGA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos assiste nas galerias; público que nos assiste pela TVCâmara; este debate sobre o Plano Plurianual é um debate constante aqui na Casa. Desde que vim para cá, todos os anos ele existe. Às vezes, na empolgação, a gente tenta até colocar alguma coisa para fazer a diferença. E, vejam vocês, meu Líder, Márcio Bins Ely, na nossa Bancada mesmo, há três Vereadores aqui presentes, discutindo o Plano Plurianual, com opiniões diferentes: o Ver. Cláudio Janta é totalmente radical no sentido de suas Emendas; o Ver. Márcio Bins Ely tenta contemplar, e este Vereador apoia o Relatório e a posição do Governo. Em um primeiro momento, Ver. Janta, fiquei até contente com o Relatório do Ver. Guilherme Socias Villela, pois de três Emendas conseguiu aprovar uma – coisa rara nesta Casa. Por que, Ver. Janta? Porque era a primeira vez que o Ver. Villela estava fazendo o Relatório. É a primeira vez que V. Exa. apresenta Emendas ao Plano Plurianual, por estar aqui este ano. Eu já conhecia, apresentei as Emendas para ficar com minha consciência tranquila.

Ontem estive – até a Ver.<sup>a</sup> Luiza Neves compareceu – ao nosso evento na Sociedade dos Amigos de Belém Novo – Saben, que fica na Av. Beira Rio, em frente ao rio. E lá, infelizmente, não conseguimos fazer nada, Ver. Janta, e V. Exa. conhece também a região. Eu coloquei uma Emenda de R\$ 150 mil para benfeitorias na orla do Guaíba, que foi aprovada. Agora, teoricamente, o Governo diz que vai rejeitar todas as Emendas.

Para ver como é complicado, hoje, a Ver.<sup>a</sup> Fernanda, Ver.<sup>a</sup> Mônica, que é Presidente da minha Comissão, pediu a mim que assinasse o Destaque, sem compromisso, de sua Emenda, para que ela pudesse discuti-la aqui. Eu prontamente assinei. É lógico que serei contra a Emenda da Ver.<sup>a</sup> Fernanda, mas prontamente assinei. Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, é em virtude do Governo: eu sou o Vice-Líder do Governo, o governo está pedindo para rejeitar as emendas todas, e é esse o papel que eu venho fazer aqui, neste momento, meu Líder, Aírto Ferronato. É esse papel que eu venho fazer aqui, neste momento, por meio do Ver. Sebastião Melo, Vice-Prefeito hoje, que pede para que a

---

---

gente deixe o Plano Plurianual no sentido que foi apresentado pelo Governo. É isso que eu vou fazer e é isso que eu vim falar para os meus colegas, em especial para os colegas da base de Governo. Infelizmente, João Derly, V. Exa., que também está apresentando as emendas pela primeira vez, foi contemplado. Eu até posso dizer, pois li o Relatório, que o que aconteceu com V.Exa. foi uma coisa fenomenal: V. Exa. conseguiu aprovar diversas emendas. Quantas foram, Vereador? Três emendas! Veja que eu aprovei uma de três. V. Exa. aprovou três emendas, e todas elas, com certeza, têm legitimidade, mas, infelizmente, já vou dizer, que eu vou votar contra, vou ir contra o Governo.

Ver. Cláudio Janta, antes de você falar, eu quero falar uma coisa a respeito: sou totalmente contrário a essa sua proposta de reduzir as secretarias da Cidade de Porto Alegre, totalmente contrário, porque não há como administrar. Nós já não estamos conseguindo administrar com tudo individualizado, com a Acessibilidade, com os Direitos Humanos, com todas as secretarias, e, se transformar isso e terminar com elas, aí, sim, nós não vamos conseguir realizar nada.

**O Sr. Cláudio Janta:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu só acho que o Governo, primeiro, tinha que se organizar, porque o Líder do Governo subiu para a tribuna e disse que o Relatório do Ver. Guilherme Socias Villela era de bom grado para o Governo, contemplava quase todos os Vereadores, e V. Exa. disse que falou com o Vice-Prefeito, o Sebastião Melo, e vem à tribuna, dizendo que só vão encaminhar a votação do Plano que foi apresentado pelo Governo. Eu quero dizer a V. Exa. que eu vou defender aqui os votos com que fui eleito pelos 10.775 eleitores de Porto Alegre, que é para ter Saúde 24horas e Educação. Apesar de ser do Partido do Prefeito, de ter contribuído com a eleição do Prefeito, o meu compromisso é com a população de Porto alegre, não com 28 Secretarias. (Palmas.)

**O SR. MARIO FRAGA:** Vereador, eu já sabia da sua posição. Vereador, eu não disse nada contra V. Exa., contra a sua posição. Aliás, a sua posição é bem clara aqui, na Casa, isso todos nós já sabemos. Eu não tenho nada contra a sua posição, tanto que eu apresentei, Vereador, emendas, só que o Prefeito... Não quer me escutar? Você vem aqui, fala e não me escuta, Cláudio Janta? Eu não tenho nada contra as suas emendas,

---

contra a sua posição nem nada, eu só estou dando a minha posição, como Vice-Líder do Governo!

**O Sr. Márcio Bins Ely:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu só quero cumprimentar o Ver. Mario Fraga pela sua manifestação e reforçar que este Vereador não propôs nenhuma emenda ao Plano Plurianual, estamos apenas tentando contribuir para que esse debate evolua, porque sei que nosso prazo é exíguo. Fica o registro. Obrigado, Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** Peço que conclua, Vereador.

**O SR. MARIO FRAGA:** Obrigado, Ver. Waldir Canal. Concluo dizendo que vou seguir a orientação do Governo, até porque a nossa base tem o costume de seguir suas orientações. Quero deixar bem clara essa posição: que sou contrário à redução do secretariado em Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLE nº 018/13.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Presidente Waldir Canal, Vereador, Vereadoras, venho aqui também como componente da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR, em que o Plano Plurianual foi debatido com a presença de inúmeros Vereadores, de várias pessoas, inclusive da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, que nos honrou com sua visita à Comissão.

Ouvi muitos discursos, o Ver. Kopittke falou da dificuldade financeira que está tendo o Município. São dificuldades que esperamos sejam passageiras, e, por isso, o Governo está traçando um plano de redução de custo, de contingenciamento, ou de enfrentamento a essa fase. O Ver. Kopittke perguntou o motivo dessas dificuldades. Sim, primeiro, houve efetivamente uma redução de receita, motivada pela não aplicação da nota fiscal eletrônica. E por que não foi aplicada a nota fiscal eletrônica? Porque o contrato com a consultoria da Consult foi suspenso pelo Ministério Público em uma ação que ainda está

---

tentando um acordo com a Justiça e o Ministério Público. Com isso, trancou a aplicação da nota fiscal eletrônica e também trancou a solução do lançamento do IPTU. Vejam, a Justiça pode ser extremamente importante, mas, agora, a Justiça está cometendo uma injustiça, trancando a arrecadação do Município. Esse é um detalhe. O outro detalhe, que eu queria a atenção da futura Deputada Estadual, Sofia Cavedon... Sofia, Sofia, quero a tua atenção. Tem o teu primeiro projeto a resolver em benefício de Porto Alegre. O Estado precisa repassar à Prefeitura o repasse da Fugast, precisa repassar à Prefeitura o repasse do Sistema de Saúde da região do Murialdo, que V. Exa. bem conhece, e também precisa repassar a sua parte daquele acordo do Hospital Independência. Então, são milhões de reais que o Estado deve repassar. E, aí, peço a gentileza da sua ajuda para a população de Porto Alegre, porque o Estado está inadimplente com a Prefeitura, e isso atrapalha as finanças do nosso Município. Muito bem! Também o Ver. Sgarbossa pode nos dar uma ajuda no Governo Federal, sobre o repasse do Fundo de Participação do Município, que reduziu bastante a arrecadação do Município por causa das isenções que o Governo Federal dá. Evidentemente, se dá a isenção, tem que se fazer o repasse, tem que fazer a compensação para os municípios. Então, o Governo Federal fica de bonzinho e o Município paga a conta! Isso é injustiça! Aí eu preciso da ajuda do Ver. Sgarbossa. Nós também temos R\$ 4,8 milhões, e já faz mais de dois anos que nós adiantamos o Reluz, e a Eletrobrás não repassa para a CEEE os recursos, para que sejam repassados à Prefeitura. São R\$ 4,8 milhões que fazem falta ao Município. E gostaríamos que também nos ajudassem a agilizar a burocracia da Caixa Econômica Federal, pois o Município, senhoras e senhores e Ver. Mario Fraga, que me ouve com toda a atenção, o Município teve que adiantar os investimentos para não atrasar os investimentos importantes para a Copa, e a Caixa não os está repassando por excesso de burocracia.

Então, eu gostaria da ajuda dos Vereadores desta Casa para que essa chamada crise financeira seja diminuída e superada. Muito obrigado, Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. AIRTO FERRONATO (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

---

**O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aírto Ferronato. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesseis Vereadores presentes. Não há quórum.

(17h36min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

## COMUNICAÇÕES

O Ver. Mario Manfro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

(A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em verdade, nós temos uma situação especial neste momento da vida parlamentar na medida em que, repentinamente, nós abandonamos a Ordem do Dia, por falta de quórum para prosseguirmos na discussão. E eu até entendo, Vereador, que teríamos quórum para continuar discutindo a matéria, mas não para votá-la. Como não votaríamos a matéria no dia de hoje, de qualquer forma, acho que não houve nenhum prejuízo. Encerra-se a discussão no dia de hoje, volta-se a discutir, na quarta-feira, quando adentraremos, efetivamente, na votação da matéria, já com a discussão realizada com a intensidade devida, nos dois momentos que o Regimento da Casa prevê.

Aqui, surpreendido com a possibilidade de usar a tribuna no período que regimentalmente nos cabe em função do rodízio das inscrições para Comunicações, ocupo a tribuna com o objetivo específico de um registro muito especial; um registro que eu acho que já deveria ter ocorrido a mais tempo. E hoje nós aproveitamos este espaço relativamente curto não para esmiuçarmos o assunto, mas sobre ele nos colocarmos, ensejando, dessa sorte, que

---

o mesmo passe a ser objeto da discussão da Casa. Sabidamente, há prognósticos de que, neste período de debates, na Casa, sobre vários assuntos a que somos submetidos, desde esse Plano Plurianual, em que é regimentalmente assegurada a precedência do debate, na medida em que até 15 de agosto o mesmo tem que estar na mão do Sr. Prefeito Municipal com a devida Redação Final, e vencido esse fato temos que decidir outros tantos. Um deles é superar uma discussão que começou no semestre passado e que se alonga até os dias presentes, tendo passado por um período conturbado de sua discussão, com a invasão do plenário da Casa, ocorrida no mês de julho. Quero, Sra. Presidente, em meu nome pessoal, exclusivamente em meu nome pessoal, acentuar que tenho um prognóstico um pouco sombrio relativamente ao desdobramento desse debate central em torno de temas que já são recorrentes aqui na Casa, marcadamente o chamado passe livre. Quero, com a responsabilidade do meu mandato, dizer o seguinte: ainda que eu tema que esta Casa seja novamente invadida, quero declarar que não votarei nenhuma matéria se me sentir tolhido na minha liberdade de expressão, não me dobrarei a nenhum tipo de movimento que busque reduzir, comprometer ou até mesmo tumultuar a possibilidade – minha e dos demais integrantes da Casa, na soberania e na legitimidade que nos conferiram as urnas que nos trouxeram até esta Casa – de exprimir a minha posição sobre qualquer tema que aqui seja colocado. Isto equivale a dizer que se reeditarem esses fatos que já ocorreram, a mim não restará outro caminho senão solenemente ir para casa. Não irei, em momento nenhum, comprometer a minha posição sob o tacão da presença dessa pretensa subordinação, a chamada voz das ruas, quando o debate aqui tem que ser livre, amplo, soberano e sobretudo esclarecedor das posições diferenciadas que o conjunto da Casa oferece. Aqui deve predominar o que de melhor existe no Estado Democrático de Direito, que é o conflito de opiniões, o conflito de posições, as divergências e as discrepâncias, mas ninguém aqui deve ser submetido a um regime de castramento das suas respectivas possibilidades políticas e dos seus irrenunciáveis compromissos com a representação popular.

Por isso aproveito este período de comunicação pessoal e falo em meu nome, do Ver. Pujol, do integrante da Bancada do Democratas, dizendo e reafirmando as posições que aqui já coloquei. Não me dobrarei a nenhum tipo de pressão, e haverei, relativamente a essas situações e a outras tantas que eventualmente venham à Casa, de não me curvar devidamente. Isso não quer dizer que tema vaias e essas coisas, que para mim são



---

costumeiras, mas a invasão, a retomada da invasão no plenário, essa, sim, não irá contar com a minha concordância. Se ela ocorrer, saio daqui, e a sociedade que restabeleça a capacidade de eu legislar, pois não legislarei sob tacão. Era isso.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon):** O Ver. Tarciso Flecha Negra, último inscrito, está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. Encerrado o período de Comunicações.

Passamos à

## **PAUTA**

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Ver.<sup>a</sup> Sofia, presidindo os trabalhos nesta tarde, cumprimentando V. Exa., cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TV Câmara, senhoras e senhores. Venho a esta tribuna, na discussão de Pauta, fazer referência a alguns projetos de lei que entendo oportunos serem aqui debatidos, porque entendo também que são contribuições importantes que dá este Legislativo para a Cidade e para a comunidade porto-alegrense. No primeiro deles, o Delegado Cleiton, Vereador da minha Bancada, cria o programa Parada Segura – ele que tem formação, é delegado de Polícia –, destinado a incentivar medidas e iniciativas de segurança a serem adotadas no transporte coletivo, por ônibus, do Município de Porto Alegre e revoga a Lei nº 8.493, de 18 de maio de 2000. Então, quero aqui fazer referência a este Projeto, cumprimentando o Delegado Cleiton, Vereador e colega de Bancada, que tem familiaridade com essa pauta e com esse tema, porque é sabido que em Porto Alegre muitas vezes o transporte coletivo tem sido surpreendido por assaltos não só ao cobrador, mas também para quem utiliza o transporte coletivo na Cidade. E essa seria uma forma, sim, de inibir essa prática de furtos e roubos no transporte coletivo em Porto Alegre. Então, quero me somar ao Vereador e falar do nosso entendimento favorável a esta iniciativa.

---

Também de autoria do Ver. Delegado Cleiton o Projeto que cria o Conselho Municipal de Cultura e institui a Conferência Municipal dando outras providências. Acho que toda a iniciativa que tem por objetivo criar órgãos coletivos deve ser bem-vista pelo Legislativo. E sobre a criação de um Conselho Municipal de Cultura, quero dizer que fui procurado na semana passada pela Associação de Poetas e por entidades ligadas a escritores, que também têm a preocupação de instituir um prêmio para escritores em Porto Alegre. Eu dizia: “Quem é que vai fazer a análise, quem vai fazer a observação relativa ao preenchimento de quesitos para auferir um prêmio para determinada categoria?” Aí eles falaram: “Teria que ter um Conselho”. Então, também quero me somar ao Ver. Delegado Cleiton que teve essa ideia de criar o Conselho Municipal da Cultura. E trago aqui a nossa experiência no Plano Diretor, que nós temos aqui regrado e estabelecido pelo próprio Plano Diretor, digamos assim, a espinha dorsal da estruturação e do planejamento da qualificação de espaços urbanos e do crescimento organizado da Cidade, que é o Plano Diretor e que tem um Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, que se reúne ordinariamente todas as terças-feiras. As reuniões ocorrem na Secretaria do Urbanismo, antiga Secretaria do Planejamento, e que tem uma composição tripartite. Temos oito regiões de planejamento, temos oito entidades e na realidade são oito regiões de planejamento, mais o Orçamento Participativo, que é representado pela temática HOCDUA, as nove entidades e os nove órgãos governamentais. São todas entidades ligadas ao tema planejamento urbano. Hoje, recebemos, aqui na Tribuna Popular, o IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil, que tem assento no Conselho do Plano Diretor, e eu trago esse exemplo aqui. Em nível de Governo, a União está ali representada pela UFRGS; o Estado, representado pela Metroplan, e os demais assentos são do Governo Municipal. Mas existe uma representatividade, uma legitimidade, e ali se observam questões atinentes ao tema de planejamento urbano e, aqui, provavelmente, o Delegado Cleiton, quando sugere a criação do Conselho Municipal de Cultura, também o faz com vistas às questões que envolvam políticas públicas na área da cultura. Por fim, são muitos os projetos elencados em Pauta. Hoje, ative-me aos Projetos de Vereadores da minha Bancada. Quero fazer menção ao Ver. Cláudio Janta, Presidente de uma importante Central Sindical, que tem aqui se manifestado com relação a questões relevantes como à regulação de serviços públicos. O Vereador propõe a criação da Agência Municipal Reguladora dos Serviços. Quero cumprimentar o Vereador que formata aqui uma

---

autarquia especial com personalidade jurídica própria, e também quero me somar ao Vereador por essa sua iniciativa, porque todo órgão controlador, tudo aquilo que vem para somar questões que dizem respeito ao mandato cristalino, à transparência na gestão pública, deve ser aqui louvado por sua iniciativa. Então, desde já me coloco a sua disposição porque acho que essa é uma boa iniciativa para a Cidade e para o cidadão. Com o meu tempo esgotado aqui neste período de Pauta, faço essas considerações a esses três importantes Projetos de Lei que hoje se encontram em Pauta, dois deles estão em 1ª Sessão de Pauta e o do Ver. Cláudio Janta, em segunda. Muito obrigado.  
(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir a Pauta, por transposição de tempo com esta Vereadora.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Inicialmente, agradeço a minha Presidente, que transpôs seu tempo comigo porque preside neste momento a nossa Sessão. Venho à tribuna para falar especificamente de dois projetos de nossa autoria, projetos concebidos não por um ideia deste Vereador, mas, sim, do nosso coletivo e das pessoas que participam e influenciam a nossa tomada de decisões.

O primeiro deles é o projeto que prevê a redução da velocidade máxima na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre hoje, nas ruas arteriais, prevê a velocidade máxima de 60 quilômetros por hora. Essa velocidade já é, em muitos casos, considerada excessiva. Para se ter uma ideia, nos países na Europa, nas vias urbanas, a velocidade máxima, de regra, é 50 quilômetros por hora. O estudo que fizemos mostra claramente que uma redução de 10 quilômetros por hora, o que parece pouco, é muito no quesito mais importante, que é o de salvar vidas. Praticamente metade das pessoas que sofre atropelamento conseguiria sobreviver se fosse atropelada a 10 quilômetros por hora a menos; estou falando de 60 quilômetros por hora e 50 quilômetros por hora.

O principal questionamento que me fazem, quando colocamos esse tema, é a questão do aumento de congestionamento nas vias públicas, como se a velocidade máxima tivesse alguma relação com as ruas congestionadas. Num estudo realizado por um colega nosso, o Eng.º Aldo Maraschin, foi feito um comparativo: se você andar a 60 quilômetros por hora durante 5 quilômetros, sem interrupções – o que não é o caso na cidade de Porto Alegre

---

–, ou andar a 50 quilômetros por hora, o ganho de tempo é de apenas 39 segundos. Portanto, é um ganho irrisório com uma velocidade de 10 quilômetros por hora a mais, comprometendo a vida de uma pessoa que, eventualmente, possa ser atropelada. Porto Alegre já registra uma média, no deslocamento diário, de 23 quilômetros por hora. Portanto, na média, não há nenhuma perda, ou uma pequeníssima perda em reduzir as velocidades máximas do trânsito. Aqui na Casa temos um projeto contrário ao nosso, que prevê o aumento da velocidade, proposto pelo Ver. Brasinha, já participamos de alguns debates públicos, e, em breve, devemos propor juntos uma audiência pública para debater o tema. Parece que o nosso projeto está mais em sintonia com uma cidade mais calma, pensando nas crianças e nos idosos da nossa Cidade, numa Cidade mais humana.

O segundo projeto que gostaríamos de comentar aqui também é proposto por nós e dispõe sobre a obrigatoriedade da aquisição e destinação de produtos orgânicos para fins de alimentação na merenda escolar na Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

O Brasil é um dos campeões no consumo de agrotóxicos. Infelizmente, o nosso País registra, em média, um consumo, por pessoa, em torno de 5,3 litros de agrotóxicos anualmente. A ideia aqui é implementar, gradativamente, nas escolas da rede pública municipal, no primeiro ano, em 10% da merenda escolar produtos orgânicos. E aqui conceituamos produtos orgânicos: “são aqueles *in natura* ou processados, oriundos de um processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local.” É mais uma ideia, já aplicada em outras cidades, que faz com que haja, além do consumo de um produto mais saudável, também um pensamento mais voltado para o ecossistema e para o meio ambiente. Isso tudo não tem só a ver com a saúde física no consumo dos alimentos, mas tem a ver também com a ligação das pessoas com o produtor local ou do produtor, pelo menos que você conheça e saiba a origem, saiba a história. Esse é o motivo, Vereadoras e Vereadores, que faz com que as nossas feiras de produtos orgânicos de Porto Alegre sejam muito frequentadas. Esse contato das pessoas diretamente com o produtor faz com que o consumo se transforme em mais um instrumento de relação entre as pessoas, e não simplesmente um consumo despersonalizado, sem nenhuma relação.

---

Então, são dois projetos que virão ainda para votação, mas, desde já ,pedimos o apoio da Casa toda para aprovação de ambos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon):** Convido a Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger a conduzir os trabalhos por alguns minutos, privilegiando aqui as mulheres, para que eu possa falar em tempo de Liderança. (Pausa.)

(A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

**A SRA. PRESIDENTE (Lourdes Sprenger):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, estamos no final desta Sessão, e eu, por alguns minutos, me afastei durante a tarde, uma tarde importante de debates do Plano Plurianual, para acompanhar produtores culturais no Ministério Público de Contas. Gostaria de compartilhar com a sociedade porque acho que este movimento que nós levantamos na vigilância que fazemos do interesse público em relação à gestão do Auditório Araujo Vianna diz respeito a questões de distorção dessa concessão que encontraram eco nos produtores culturais da cidade de Porto Alegre. Esses produtores estão se somando ao questionamento e à pressão para que se ajuste a concessão ao contrato e à licitação iniciais. Por que isso? Afirmam eles – e levaram documentos ao Dr. Geraldo da Camino – que várias produtoras teriam condições de participar do certame à época, há seis anos, mas não o fizeram porque os critérios da concessão que estavam propostos eram bastante restritivos: não permitiam financiamento privado, não permitiam a alteração do nome para poder publicizar empresas que viessem financiar a reforma do Araujo, não permitiam terceirização da realização dos *shows* no Araujo Vianna, portanto, a concessionária ou a empresa que recebesse a concessão, ela faria e não poderia terceirizar; ajustes de palco não eram possíveis, uma série de elementos que hoje são praticados pela empresa que ganhou e que foi a única que se habilitou à licitação na época. Única exatamente porque a avaliação das demais era de que, com aqueles critérios, não era interessante assumir o Araújo Vianna.

---

Ora, senhores, o que afirmaram os produtores ao Dr. Geraldo da Camino? Se fosse possível haver concorrência à época, certamente a Prefeitura não estaria recebendo R\$ 670,00 de aluguel por mês, mas R\$ 10 mil, R\$ 20 mil por mês. Hoje a Opus pratica um aluguel de 25, 30, 39 mil para que as produtoras possam fazer o seu *show* no Araujo Vianna, encarecendo ainda mais os *shows* que lá são feitos, e enriquecendo, ou angariando fundos, para uma produtora. O que diziam os produtores para o Dr. da Camino? “Olha, nós não nos importamos de pagar desde que seja para a Prefeitura de Porto Alegre, para o povo de Porto Alegre, que é o verdadeiro dono do Araujo Vianna.” Antes dessa concessão, Ver. Janta, a Prefeitura alugava para as produtoras, alugava por R\$ 10 mil, recolhia um dinheiro que permitia fazer manutenção. Hoje, a Prefeitura recebe R\$ 760,00 e a produtora que lá está, que tomou conta de todas as salas, aluga por R\$ 25 mil a R\$ 30 mil, às vezes, oito, seis, sete *shows* por mês. Vocês imaginem o lucro que está sendo obtido e subtraído da Prefeitura, portanto, da população de Porto Alegre! Uma Prefeitura que pede que não se aprovem aqui emendas fundamentais porque tem problemas financeiros! Uma Prefeitura que teve que reduzir recursos exatamente na Cultura!

Portanto, o Auditório Araújo Vianna é preciosíssimo, é interessante para *shows*, Dr. Reginaldo Pujol, que sei que tem relações políticas com o Secretário Roque Jacoby, que sei que não foi ele que fez esses acordos e sei que ele tomará as atitudes para retomar o interesse público no uso do Araújo Vianna.

Nós queremos que essa receita venha para a Cultura de Porto Alegre, a receita que o Araújo Vianna pode proporcionar. Um Araújo Vianna que, agora, recebe *shows* que, infelizmente, são inacessíveis para o conjunto da população; um Araújo Vianna que desalojou a Banda Municipal, que tem 88 anos, um patrimônio cultural da nossa Cidade que anda zanzando por aí, que ensaiou nesta nossa Casa porque não tinha lugar, e agora não tem mais espaço nem para os seus instrumentos, portanto, perde qualidade, perde continuidade, perde condições de trabalho.

Então, quero dizer a V. Exas. que há um anseio de várias produtoras que fazem *shows*, que trazem para Porto Alegre *shows* do Brasil inteiro e do mundo e que não aceitam o monopólio e a distorção pós-edital que beneficia alguém que entrou por uma regra e, hoje, executa outra.

---

Diziam eles ao Dr. Geraldo da Camino que, mudadas as regras, nova licitação se impõe, porque senão não se preserva a Constituição e os seus preceitos para a política pública e para a ação pública dos gestores à frente de órgãos públicos.

Eu espero, sim, que a atitude da Prefeitura seja de, imediatamente, fazer correção de rumos e devolver o Araújo Vianna ao real interesse público desta Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

**A SRA. PRESIDENTE (Lourdes Sprenger):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

(A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Eu quero, Sra. Presidente, falando dos projetos que estão em Pauta, assinalar um fato que me parece relevante: há não mais do que uma semana, o Diário Gaúcho, jornal de grande penetração junto às camadas periféricas de Porto Alegre, em reportagem de página inteira, em duas páginas, fez um exame sobre o semestre da Câmara Municipal e assinalou que, nesse período, a Casa vinha produzindo determinado número de projetos – parece que 49 – e que a sua grande maioria se tratava de homenagens requeridas regimentalmente pelos Srs. Vereadores e aprovadas pela Casa.

Eu quero, com a autoridade de quem não apresentou nenhum projeto de lei novo nesse semestre que passou, apenas recuperou projetos que estavam em andamento, mas, em defesa dos meus colegas e da Casa, especialmente dos novos Vereadores, argumentar com o que eu vejo hoje na Pauta dos trabalhos. Hoje, nós temos, em 2ª Sessão, seis projetos de lei: dois deles dizem respeito à denominação de ruas; os outros quatro dizem respeito a assuntos da maior relevância, muitos dos quais vão ensejar enormes discussões na Casa, até em termos de iniciativa, como é o caso da Agência Municipal Reguladora dos Serviços de Porto Alegre, proposta pelo Ver. Janta, ainda também relativamente à velocidade dos veículos que rodam na Cidade, que o Ver. Marcelo Sgarbossa colocou. Enfim, todos são projetos que cuidam de temas relevantes e absolutamente corretos a serem discutidos nesta Casa. Da mesma forma, quanto àqueles Projetos que estão em 1ª Sessão, três deles dizem respeito a temas importantes para

---

pág. 64



---

Porto Alegre e nenhum deles às homenagens que são acoimadas na reportagem como de menor mérito na discussão política da Casa. Falo tudo isso inclusive porque eu defendo as homenagens, acho que esta Casa não pode ser somente uma casa de protestos, de lamúria e de lamentação, tem que ser também de proclamação de bons exemplos. Eu homenageio pessoas que entendo merecedoras, muitas delas constantes da relação dos Cidadãos Honorários de Porto Alegre, ou de outra qualificação qualquer. Por isso, Ver. Janta, acho que V. Exa. e o Ver. Cleiton, sentados lado a lado, como sempre estão aqui na Casa, hoje me dão esse grande argumento. V. Exas. Trouxeram ao debate assuntos relevantes, como a formação de uma agência reguladora aqui em Porto Alegre. É muito importante! Eu tenho dúvidas, e a Procuradoria assim também o fez, quanto à possibilidade indenizativa, mas o assunto fica lançado, se instaura o debate de todos esses assuntos aqui em Porto Alegre, numa visão diferenciada, num quadro extremamente polêmico, que é o transporte coletivo em Porto Alegre e outras concessões que o Município faz e que necessariamente fará no futuro, diante de circunstâncias como essa, inclusive, que a nossa Vereadora acabou de focar da tribuna, sobre a qual falarei posteriormente, que é o Auditório Araújo Vianna.

Então, eu tenho a impressão de que temos que ter consciência de que nesta Casa temos, além das invasões, muito trabalho; as invasões podem predominar no enfoque geral, pelo inusitado, mas eu asseguro, com a experiência de quem, pela oitava vez participa de uma legislatura nesta Casa, que poucas vezes vi um movimento tão febril, tão entusiasmado e tão dedicado como esse que tenho visto dessa legislatura, e tenho certeza de que vamos continuar debatendo sobre as agências reguladoras, sobre os programas das paradas seguras, sobre o Conselho Municipal de Cultura. Muito boa a sua proposta de rediscutir esse assunto nos exatos termos por V. Exa. propostos, entre tantos outros.

Tivemos aqui no plenário, no último sábado, a Conferência Municipal de Cultura, então é oportuno este debate, como também são oportunos os demais debates.

Então, concluindo, vamos, de uma vez por todas, dizer que, aqui nesta Casa, a gente discute o que tem que ser discutido; se é do agrado de um ou de outro, é outro problema. Cada um aqui tem a liberdade de propor o que entende que deve propor, assim como V. Exa teve a liberdade de abandonar a Presidência por algum tempo e vir colocar a sua posição sobre um tema extremamente atual e do qual tenho opinião divergente. Acho que nós deveríamos, nessa altura, estar aplaudindo o que está acontecendo no Auditório

---

Araújo Vianna depois de anos e anos. Era um verdadeiro esqueleto! Colocaram-no lá no Parque Farroupilha, sem nenhuma utilidade e, agora, nos últimos meses, possibilitou a Porto Alegre diferentes espetáculos musicais, teatrais, etc que deram muita alegria para a população de Porto Alegre. Então, acho que, sobre o assunto Araújo Vianna, enfocado de forma crítica pela nossa Presidente, ao meu juízo, deveríamos estar aqui elogiando as atitudes que têm sido desenvolvidas nos últimos tempos e que envolveram a aplicação de recursos privados significativos e que terão de ter retornos. Se nós fraquejarmos em situações como essas, nós vamos perder a autoridade e a condição de falar de Parceria Público-Privada nesta Cidade. É lógico que, eventualmente, pode haver Vereadores – e parece-me que a Ver.<sup>a</sup> Sofia é dessa corrente – contra essa Parceria Público-Privada, mas, como nós somos favoráveis, assim como o Governador Tarso, a Presidente Dilma, brasileiros e brasileiras em geral, como nós acreditamos que é um caminho para se resolver várias situações, nós não vamos transformar um belo exemplo positivo num exemplo negativo. Ora, dizem que vão discutir os produtores culturais seis anos depois, porque eles não participaram da concorrência na ocasião porque não quiseram correr o risco de colocar o seu dinheiro anos a fio, para agora começar a ter resultados. Vereadora-Presidente, com muito respeito, mas sobretudo com muita autenticidade, digo que V. Exa, mais uma vez, está com o enfoque equivocado. No momento culturalmente, em Porto Alegre, com o Auditório Araújo Vianna de portas abertas, ensejando as produções culturais que lá nós temos tido oportunidade de assistir. É bom, é ótimo, é positivo, deve ser aplaudido, e não criticado. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sra. Presidente, Ver. Delegado Cleiton, Ver. Reginaldo Pujol, este é o nosso quórum hoje, no plenário, às 18h13min, onde estamos discutindo projetos que entram nesta Casa. Há um Projeto, de minha autoria, que propõe a criação de Agência Municipal Reguladora dos Serviços de Porto Alegre, porque acho que é o momento de, quando a Prefeitura entrega serviços e quando a Prefeitura tem empresas mistas, principalmente na questão da limpeza urbana, transporte, processamento de

---

dados, áreas da Saúde, termos uma agência que regule isso, que fiscalize, uma agência municipal que esteja presente no dia a dia, vendo todas essas concessões, toda a forma de atuação dessas autarquias de personalidade jurídica que prestam serviço à população de Porto Alegre.

Outro Projeto, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, pede segurança à população de Porto Alegre nas paradas de ônibus. Incentiva as medidas de segurança, não só nas paradas de ônibus, mas também no transporte em Porto Alegre, onde vemos centenas de trabalhadores serem assaltados, perderem o seu salário mensal. Muitas vezes, por incrível que pareça ao público que nos assiste em casa, perdem até sua marmita, sua refeição! Isso ocorre na nossa Cidade, as pessoas perdem o cartão Tri, o tênis. Isso ocorre nas paradas de ônibus, isso ocorre, muitas vezes, até dentro do transporte em Porto Alegre, de as pessoas perderem a vida.

Então, é de extrema importância para a cidade de Porto Alegre, como já disse o Ver. Reginaldo Pujol, nós discutirmos e aprovarmos esses dois Projetos, assim também como o Ver. Delegado Cleiton propõe que a nossa Cidade crie o Conselho Municipal de Cultura. É um Conselho importante para a nossa Cidade ter, dentro dela, os atores da cultura, os segmentos da cultura, de todas as áreas da cultura: do carnaval, o pessoal do teatro, do cinema, da arte popular, os produtores culturais, o povo que traz pessoas e vende a nossa Cidade para fora de Porto Alegre, levando a cultura popular da nossa Cidade, não só o nosso 20 de Setembro, a nossa Revolução Farroupilha, mas os nossos artistas, as nossas peças de teatro que são premiadas em vários lugares, os nossos filmes que são premiados em vários lugares, os seriados que são filmados aqui em nossa Cidade e em nosso Estado, todos os eventos culturais e até o nosso carnaval, Ver. Pujol e Ver. Delegado Cleiton, que são oriundos desse segmento que hoje já nos orgulha muito. Algumas escolas nossas hoje têm condições plenas de disputar o carnaval no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Então, é importantíssimo termos esse Conselho Municipal de Cultura que o Ver. Delegado Cleiton propõe aqui na nossa discussão preliminar de hoje.

Eu peço à Presidência o tempo de Liderança da Bancada do PDT.

**A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon):** O Ver. Cláudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Com relação ao Araújo Vianna, o que foi proposto foi uma Parceria Público-Privada. Isso nós defendemos, em várias questões, em vários setores, porque somente o setor público não consegue fazer. Isso vem sendo defendido nas obras do PAC, isso vem sendo defendido nas obras de estruturas das estradas, vem sendo defendido na construção de usinas termoelétricas, hidroelétricas, na melhoria para o povo brasileiro.

Eu, como um usuário do Auditório Araújo Vianna, como freqüentador, locador, fiz vários eventos lá: o Dia 1º de Maio, aniversário de alguns sindicatos filiados à Força Sindical. Vi que o Araújo Vianna se encontrava em uma situação deplorável. No último Dia 1º de Maio, fomos impedidos de fazer lá porque o Ministério Público o embargou porque não tinha condições nenhuma de receber o nosso evento. Então a Prefeitura lançou um edital. Eu sou contra as privatizações, tenho vindo nesta tribuna bater muito na privatização da Petrobras, nos leilões do Pré-Sal; agora, o Araújo Vianna foi uma Parceria Público-Privada. Nós temos outros locais em Porto Alegre para os produtores culturais que não quiseram entrar na licitação do Araújo Vianna. Nós tivemos várias oportunidades para fazer um consórcio de produtores culturais para entrar na gestão do Araújo Vianna. Hoje temos a prainha do Gasômetro que pode acolher eventos, temos o Ginásio Tesourinha. O que temos que discutir não é só sobre o Araújo Vianna, temos que discutir o preço dos ingressos cobrados nos espetáculos culturais de Porto Alegre – é um absurdo o preço, sendo que a grande maioria é com incentivo cultural da Lei Rouanet, Lei Estadual de Incentivo à Cultura, várias leis federais, estaduais e municipais, acredito. Cobram ingressos completamente abusivos. Não é permitido à população de Porto Alegre assistir aos espetáculos. Há finais de semana em que temos espetáculos no Araújo Vianna, na FIERGS, no Bourbon, aqui e ali. Os ingressos mais baratos a 40 a 50 reais. Acho que é isso que esta Casa tem que discutir. Acho que projetos que tem lei de incentivo à cultura, como a Lei Rouanet, apoio de empresas públicas, como do Banrisul, da Corsan, do DMAE, PROCempa e outros, Petrobras, Caixa Econômica...Esses eventos não podem cobrar ingressos de cem reais, esses eventos não podem cobrar ingressos de maneira que as pessoas não têm como assistir. Acho que é isso que esta Casa tem que discutir. E o PPP do Auditório Araújo Vianna passou por esta Casa, eu acredito. Eu acho que essa Parceria Público-Privada do Auditório Araújo Vianna passou por esta Casa. Nós tínhamos

---

---

que exigir o mínimo de contrapartida das empresas. Eu já tentei fazer um evento do dia 1º de maio lá e não consegui, procurei outros locais para fazer. Ofereceram-me a Redenção. É pago, mas não consegui fazer; fiz na Redenção. No outro ano, fiz na prainha do Gasômetro. Eu acho o que nós temos que discutir é o custo dos eventos culturais de Porto Alegre com o dinheiro público, dos eventos culturais no Brasil com dinheiro público, porque, muitas vezes, o produtor cultural, o pequeno artista, o artista de rua, o artista de bairro de Porto Alegre não têm acesso a essas leis de incentivo à cultura. As Parcerias Público-Privadas estão na agenda do nosso País, estão na agenda dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Temos que ver de que forma são feitos esses contratos e esses acordos. Nós temos outras áreas de Porto Alegre que, com certeza, poderão sofrer a intervenção, porque, realmente, tanto o Estado, o Município, como a União não têm mais recursos para investir em prédios, muitas vezes, com mais de 50 anos. É preciso procurar essa parceria. Com força e fé, vamos seguir defendendo os trabalhadores, junto aos Vereadores Delegado Cleiton, Reginaldo Pujol e Sofia, que nos dão o privilégio de estar aqui, agora, às 18h23min, na Casa do Povo, trabalhando e discutindo os problemas da nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon):** Ver. Janta, somos sempre os últimos. Eu o convido para presidir os trabalhos porque sou a última inscrita para discutir a Pauta.

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (CLÁUDIO JANTA):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver. Cláudio Janta, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em Pauta há projetos importantes. Eu quero tratar do Projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, que pretende priorizar os produtos orgânicos, a agricultura familiar na alimentação escolar. A Cidade sabe que, desde que cheguei a esta Casa, a partir da experiência da Educação no Município de Porto Alegre, em 2000, eu logo apresentei dois projetos de lei. Um deles prioriza a compra de produtos hortifrutigranjeiros da agricultura familiar de Porto Alegre

---

para a preparação da alimentação escolar, e o Ver. Marcelo Sgarbossa agora especifica: “Quero que priorizem os produtos orgânicos, a agricultura familiar orgânica”. Acho que, sim, seria um imenso avanço se, por acaso, essa política tivesse sido desenvolvida, ou melhor, não tivesse sido interrompida assim que o Prefeito Fogaça assumiu a Prefeitura de Porto Alegre. Nós fizemos a primeira experiência em 2004, uma experiência piloto, em três escolas municipais da Zona Sul, comprando hortifrutigranjeiros de 21 agricultores familiares da Zona Sul. Esses alimentos inundaram a escola, não só com qualidade no refeitório, mas também na qualidade pedagógica da escola. As crianças passaram a visitar as chácaras, as vilas da Zona Sul e, pasmem, não conheciam como eram produzidos os produtos dos seus vizinhos, das chácaras vizinhas, comeram alimentos que nunca tinham experimentado, novos alimentos, conheceram o processo de produção. As mães e pais das três escolas, EMEI Ponta Grossa, Anísio Teixeira e a Escola do loteamento – daqui a pouco lembro o nome do loteamento –, fizeram cursos com o apoio da Emater para o aproveitamento de talos, folhas e cascas. Então, era uma experiência linda que não teve continuidade. É uma pena, porque o Brasil inteiro, com o apoio do MDA, com legislação federal, está, sim, nos Municípios que são inteligentes, cujos gestores são inteligentes, potencializando os seus agricultores, a sua produção, por meio da compra, com recursos públicos para a alimentação nas suas escolas, inclusive as escolas estaduais. Andava eu pesquisando, no Estado do Rio Grande do Sul. Em muitos lugares está descentralizado para a Prefeitura inclusive a compra para as escolas estaduais, porque a Prefeitura já compra, recebe os recursos do MEC, e sobra dinheiro para as Prefeituras, inclusive. Então, é um mecanismo muito bom, é perfeito, é redondo, é para o agricultor familiar e para o gestor municipal, para o prefeito, para a prefeita. Eu não entendo por que Porto Alegre não consegue organizar-se e comprar produtos da agricultura familiar desta Cidade; nós, que somos a Capital que ainda tem produção agrícola; nós, que temos nossas chácaras ameaçadas na Zona Sul pela construção civil, que quer construir seus loteamentos de casas horizontais e tem feito grandes ofertas aos donos de terra. E não é fácil resistir, porque não é fácil manter a produção agrícola na Cidade. Eu acho que nós vamos votar, com certeza, e apoiar a iniciativa do Ver. Marcelo Sgarbossa, mas queremos que essa iniciativa, que valoriza o produtor da agricultura orgânica, tenha eco. Hoje nós discutimos isso, Ver. Janta, e quando eu falei com V. Exa., que estava na tribuna dizendo que eu estava emocionada, é isso, é porque eu sinto que

---

---

as contribuições desta Câmara, infelizmente, não têm eco na Prefeitura, vários projetos de lei que viraram lei e que não são executados como as obras de arte nas edificações, que até hoje a Prefeitura não cobra essa execução. Como o inventário dos bens culturais, possibilitando às pessoas que têm bens tombados proteger o seu bem. É uma pena, é lamentável, e eu quero dizer que votamos, mas, por favor, Prefeito, Prefeitura, você vai acertar mais, melhorar, não tenha dúvida, com as contribuições das cidades, assim como o Delegado Cleiton está apresentando um projeto também sobre o tema da Segurança, que eu acho superimportante.

Eu encerro dizendo que não quero mudar o edital do Auditório Araújo Vianna, eu só quero que se cumpra o edital, Ver. Janta. Não dá para ganhar uma licitação e depois dar jeitinho para ter um sobrelucro. Isso não atende à Constituição Federal. É só isso, não é outra coisa que se quer hoje. E o Araújo Vianna ficou fechado durante alguns anos na gestão do Prefeito Fogaça, não foi na nossa gestão e, na última gestão, ele ainda funcionava e atendia ao movimento social, aos artistas populares, às manifestações sociais, como os Primeiro de Maio, sim, Fórum Social Mundial, Sindicato, que não devem pagar para utilizar o Araújo. Existem 90 datas que devem ser públicas! Por que não foi ofertado à Força Sindical? Noventa! A Prefeitura que gere. Então, isso que nós queremos colocar no trilho de volta, dentro do contrato que foi feito com a Opus.

E aí, Ver. Janta, para encerrar mesmo, a maioria dos espetáculos que estão caros, e ali no Araújo Vianna, eles têm incentivo à cultura, eles têm a Rouanet, eles têm dinheiro público das próprias empresas que colocaram dinheiro no Araújo Vianna. Elas usam o seu imposto através da Rouanet, portanto é dinheiro público, financiam os *shows* que entram no Araújo Vianna e que são ofertados em altos preços. Senhores, senhoras, não é possível! Tudo é com dinheiro público para o lucro privado, e o acesso não é para o trabalhador; é para quem tem muita grana.

Então, quero agradecer e finalizo a discussão de Pauta dizendo à sociedade: atentos! Quanto mais esta Câmara for ouvida e nós ouvirmos a população, mais a nossa Cidade vai melhorar.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** Encerrada a discussão de Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.



(Encerra-se a Sessão às 18h30min.)